UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
CIBELY FELDHAUS

ÍNDIOS E COLONOS NA REGIÃO COLONIAL DE RIO FORTUNA: A COLONIZAÇÃO ALEMÃ NA ÓTICA DOS ESTUDANTES DO 9º ANO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, DE RIO FORTUNA, SANTA CATARINA.

Tubarão
2019

CIBELY FELDHAUS

ÍNDIOS E COLONOS NA REGIÃO COLONIAL DE RIO FORTUNA: A COLONIZAÇÃO ALEMÃ NA ÓTICA DOS ESTUDANTES DO 9º ANO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, DE RIO FORTUNA, SANTA CATARINA.

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em História da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Alexandre de Medeiros Motta, Ms.

Tubarão

2019

CIBELY FELDHAUS

ÍNDIOS E COLONOS NA REGIÃO COLONIAL DE RIO FORTUNA: A COLONIZAÇÃO ALEMÃ NA ÓTICA DOS ESTUDANTES DO 9º ANO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, DE RIO FORTUNA, SANTA CATARINA.

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em História da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em História.
.

Tubarão, 04 de dezembro de 2019.

_____
Professor orientador, Alexandre de Medeiros Motta, Ms.
Universidade do Sul de Santa Catarina

_____
Prof. Elvis Dieni Bardini, Dr.
Universidade do Sul de Santa Catarina

_____
Prof. Geovan Guimarães, Dr.
Universidade do Sul de Santa Catarina

Dedico este trabalho, os meus pais, avós, irmã e namorado, que me deram sempre um apoio para continuar esta trajetória.

Ao professor, Alexandre de Medeiros Motta, pela competência, sabedoria e confiança depositada em minhas mãos.

Aos meus reais amigos que conquistei no início desta caminhada, compartilharmos momentos incríveis, e chegamos ao final!

E a todos aqueles que contribuíram nas mais variadas formas, em especial aos professores que repassaram seu conhecimento para chegar ao final desta etapa.

AGRADECIMENTOS

É complicado agradecer a todos que me apoiaram neste percurso. Dos momentos de isolamento refletindo o real motivo de como seria ingressar em um mundo tão diferente do meu. Tanto a ambição do novo, com o desespero me perseguiram por bons tempos. Mas graças a Deus cheguei ao final!

Agradeço a todos os professores que construíram um pedaço de mim durante minha vida escolar e acadêmica, espero assim também construir muitos nesta nova etapa que escolhi viver.

Quero agradecer imensamente aos meus alunos pelo seu conhecimento, que foram essências para a formação deste trabalho. A Deus que me possibilitou chegar ao final destes quatro anos, com fé e proteção.

Aos professores, Geovan e Elvis, por terem aceitado participar da banca examinadora do presente trabalho, e por ensinaram e repassarem o que sabem para esta mente tão confusa que entrou como cego em tiroteio neste curso.

Aos meus pais, Danilo e Neide, a minha irmã, Isabela, e meu namorado, Daniel, que me incentivaram e contribuíram para a concretização desta etapa, assim como meus avós que são história e memória na construção deste trabalho.

Aos colegas da turma de História que, acolheram uma menina de Rio Fortuna, que parecia vir de outro mundo, vocês são como uma segunda família, Ruan, Juliette, Nathan Fernandes e Lucas, os nossos momentos de alegrias, tristezas e memes, o nosso invejado rodízio de café, principalmente o nosso amigo secreto em cinco, obrigada por tudo vocês são incríveis. A minha outra trup, Mariane, Marina, João Marcelo e Nathan Nandi, obrigada pelas vivências, risadas, descontrações e desespero, chegamos ao fim desta trajetória unidos. O nosso pastel e a nossa batata com bacon a nossa camiseta e o moletom do Rufa, foram momentos e lembranças que certamente ficarão em minha memória, não poderia ter escolhido outro curso, outra Universidade, outro grupo de amigos, foram extremamente importantes e contribuíram para que eu conseguisse alcançar meus objetivos durante este percurso. Vocês ficarão em meu coração!

E finalmente ao professor orientador, Alexandre de Medeiros Motta, que não mediu esforços para incentivar a conclusão deste curso, sua sabedoria, competência, empenho, dedicação e perseverança, tornaram de você um exemplo tanto para mim como para os colegas. O senhor é um mito dentro do Curso!

“A história é émula do tempo, repositório dos fatos, testemunha do passado, exemplo do presente, advertência do futuro. (Miguel de Cervantes). ”

RESUMO

A presente monografia aborda o seguinte tema: “Índios e Colonos na região colonial de Rio Fortuna: a colonização alemã na ótica dos estudantes do 9º ano da Escola de Educação Básica Nossa Senhora de Fátima, de Rio Fortuna, Santa Catarina”. Para corroborar com a natureza do tema proposto e motivar a investigação lançou-se a seguinte questão-problema: Que conhecimento histórico apresentam os estudantes do 9º ano da Escola de Educação Básica Nossa Senhora de Fátima sobre o conflito que envolveu colonos e índios, em Rio Fortuna, no período da colonização? Com base nesta questão, justifica-se essa pesquisa, uma vez que os conflitos ocorridos, durante o período colonizador, foram resultado do enfrentamento entre dois grupos de realidades muito diferentes. Conflitos estes ocasionados e, de certa maneira impulsionados por grupos ligados à elite econômica. As mudanças na Europa, especificamente na Alemanha, levaram ao desespero e à mudança de muitos, que buscavam no Novo Mundo uma esperança de vida melhor. As várias tentativas fracassadas de explorar terras sulistas colocaram grupos de westfalianos no vale do Braço do Norte, especificamente, em Rio Fortuna, em conflito com grupos xokleng/laklãnõ, que já habitavam a região. As diferenças entre eles levaram a uma matança, na qual a cultura alemã prevaleceu. Assim, como o tema central, se busca descobrir o que os estudantes do 9º ano da E.E.B. Nossa Senhora de Fátima sabem sobre estes conflitos no processo colonizador e de que forma estas histórias foram contadas a eles, seja informalmente ou em âmbito escolar. Como também, por que estas histórias locais/regionais não são destacadas durante o período escolar. E, juntamente, busca-se uma mudança de perspectiva dos estudantes (que têm uma relação muito forte com famílias germânicas) em relação ao papel do indígena, na atualidade, já que a história do mesmo foi construída pela visão dos vencedores que inferiorizavam os grupos nativos desde o seu primeiro contato.

Palavras-chave: Colonização, Xokleng/Laklãnõ, Imigrantes, Conflitos, Rio Fortuna, Estudantes.

ABSTRACT

This monograph addresses the following theme: “Indians and Settlers in Rio Fortuna Colonial Region: German colonization in the perspective of 9th grade students of Nossa Senhora de Fátima Basic School, in Rio Fortuna, Santa Catarina”. In order to corroborate the nature of the proposed theme and to motivate the investigation, the following problem question was raised: What historical knowledge of the 9th grade students of Nossa Senhora de Fátima Basic School present about the conflict involving settlers and Indians in Rio Fortuna in the colonization period? Based on this question, this research is justified, since the conflicts that occurred during the colonization period were the result of the confrontation between two groups of very different realities. Conflicts are occasioned and to some extent driven by elite economic groups. The changes in Europe, specifically in Germany, led to the despair and change of many people who sought a better life expectancy in the New World. The various failed attempts to exploit southern lands have placed groups of Westphalians in Braço do Norte Valley, specifically in Rio Fortuna, in conflict with xokleng/laklãnõ groups already inhabiting the region. The differences between them led to a slaughter in which German culture prevailed. Thus, as the central theme, we seek to find out what the 9th grade students of E.E.B. Nossa Senhora de Fátima knows about these conflicts in the colonizing process and how these stories were told to them, either informally or at school. Besides that, why these local / regional stories weren’t highlighted during the school term. And, also, we seek a change of the student’s perspective (who has a very strong relationship with Germanic families) in relation to the role of indigenous today, since the history of the same people was built by the vision of the winners who inferiorized the native groups since their first contact.

Keywords: Colonization, Xokleng/Laklãnõ, Immigrants, Conflict, Rio Fortuna, Students.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Áreas de formação das colônias alemãs do século XIX 19
Figura 2 - Família de João Henrique Roecker, primeiros habitantes do município de Rio Fortuna 22
Figura 3 - Escola Gemeinde Schule com Roberto Heinz e alunos, em 1931 25
Figura 4 – Panorama da Igreja católica de 1939 26
Figura 5 - Fitas nos chapéus indicando o número de convidados 28
Figura 6 - Noivos e testemunhas chegando da cerimônia 29
Figura 7 – Imagem aérea da região central de Rio Fortuna, 2017 30
Figura 8 - Mapa político de Rio Fortuna 31
Figura 9 - Casa do período da colonização, com mais de 100 anos, já reformada 34
Figura 10 – Pilão de arroz 39
Figura 11 - Grupo Xokleng capturados pelos bugreiros 41
Figura 12 - Bugreiro, Ireno Pinheiro, responsável por muitas mortes de indígenas na região 51
Figura 13 – Os bugreiros e suas vítimas 52
Figura 14 - Primeiros contatos com o colonizador 54
Figura 15 - Entrada da E.E.B. Nossa Senhora de Fátima 57
Figura 16 – Interior da E.E.B. Nossa Senhora de Fátima 57

LISTA DE QUADROS

Quadro A – Questão 1.....60
Quadro B – Questão 2.....61
Quadro C – Questão 3 62
Quadro D – Questão 4 62
Quadro E – Questão 5.....63
Quadro F – Questão 6.....64
Quadro G – Questão 7. 65

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 12
1.1 DELIMITAÇAO DO TEMA 12
1.2 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA 12
1.3 JUSTIFICATIVA 12
1.4 OBJETIVOS 14
1.4.1 Objetivo geral 14
1.4.2 Objetivos específicos 14
1.5 DELINEAMENTO DA PESQUISA 14
1.6 ORGANIZAÇÃO DO PLANO CAPITULAR 15
2 COLONIZAÇÃO E CULTURA ALEMÃ NA REGIÃO DE RIO FORTUNA 16
2.1 COLONIZAÇÃO EM TERRA CATARINENSE 16
2.2 COLONIZAÇÃO E CULTURA ALEMÃ EM RIO FORTUNA 24
3 XOKLENG/ LAKLÃNÕ, COLONO ALEMÃO E BUGREIRO EM RIO FORTUNA 31
3.1 GÊNESE DO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA 31
3.2 QUEM ERAM E COMO VIVIAM OS XOKLENG/LAKLÃNÕ 40
3.3 CONFLITOS ENTRE XOKLENG/LAKLÃNÕ E BUGREIROS 45
4 EMBATE ENTRE COLONOS E XOKLENG/LAKLÃNÕ NA REGIÃO DE RIO FORTUNA NA ÓTICA DOS ESTUDANTES DO NONO ANO DA E.E.B. NOSSA SENHORA DE FÁTIMA 58
4.1 SOBRE AS QUESTÕES ANALISADAS 62
4.2 CONSIDERACÕES SOCIOCULTURAIS E HISTORIOGRÁFICAS SOBRE AS RESPOSTAS DOS ESTUDANTES 71
5 CONCLUSÃO 74
REFERÊNCIAS 77
APÊNDICE 80
APÊNDICE A – MODELO DE QUESTIONÁRIO 81

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo aborda os elementos que compõe a etapa inicial do trabalho, desde a delimitação do tema até a organização capitular.

1.1 DELIMITAÇAO DO TEMA

O conflito entre indígenas e os povos europeus sempre acarretaram em problemas para algum dos lados, como em sua maioria das vezes a população nativa levou a pior. O governo buscava a solução para problemas de ocupação territorial e mão de obra, então, se incentivou a chegada das primeiras levas de imigrantes europeus, no século XIX, fugitivos das guerras e em busca de melhores condições de vida. Porém, mal sabiam estes colonizadores de que as suas terras predestinadas já estavam ocupadas por índios nativos, mais especificamente os Xokleng/Laklãnõ. Com o tempo estes conflitos se agravaram ainda mais após os primeiros contatos na região sul de Santa Catarina, especificamente em Rio Fortuna. Baseado nestes fatos, apresenta-se como delimitação ao tema de pesquisa: Índios e colonos na região de Rio Fortuna: a colonização alemã na ótica dos estudantes do 9º ano da Escola de Educação Básica Nossa Senhora de Fátima, de Rio Fortuna.

1.2 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Compreendendo que este conflito, ocorrido no município de Rio Fortuna, em Santa Catarina, foi de certa forma, o marco inicial para a colonização europeia, e desenvolvimento econômico do município, na perspectiva capitalista, aponta-se a pergunta central deste estudo: Que conhecimento histórico apresentam os estudantes do 9º ano da Escola de Educação Básica Nossa Senhora de Fátima sobre o conflito que envolveu colonos e xoklengs/laklãnõ, em Rio Fortuna, no período da colonização?

1.3 JUSTIFICATIVA

Sabendo que o presente tema traz uma importância para cultura local do município, compreendemos que os conflitos aqui ocorridos, não nos trazem culpados

ou inocentes, mas sim uma história, que precisa ser avaliada dentro do contexto histórico da época, por isso é muito importante buscar traços dessa memória, e trazer à tona seus relatos para os mais jovens que pouco sabem sobre o “genocídio” indígena.

A colonização se fez necessária para o desenvolvimento da população e da economia do recente município, que também foi chamado pelos colonizadores, de “Glückfluss”, que significa “Que Fortuna”, fato ocorrido pelos anos de 1987, período de desbravamento das terras. Entretanto, o município já habitado pelos índios Xokleng/Laklãnõ, começa a ser alterado em sua formação econômica, cultural e social. Os conflitos se aprofundam e a raiva, o medo e os instintos pessoais florescem dentro de ambos os povos.

Sobre isso, Santos (1973, p. 64) apresenta:

> não se pode pensar, também, que os indígenas se aproximaram do branco e de sua propriedade sempre com o intuito de observar, de ver o que fazia novo habitante, pacificamente. Na realidade os Xokleng eram homens e, como tais, sujeitos a emoções e atitudes imediatistas, desconectadas de qualquer objetivo futuro. Não havia assim guerra ao branco e sim revide a ataques ou simplesmente agressão, motivadas, às vezes, pelo encontro de índios e brancos em territórios que ambos tinham interesse. E para um povo que vivia já em estado de guerra, a presença dos brancos na floresta com suas armas barulhentas, não poderia significar paz.

Portanto, trazemos à tona a importância de relembrar os fatos do passado e, principalmente, analisar o contexto em que se passou os embates entre “índios e colonos”. Dar voz e conhecer os relatos passados é muito importante para a formação cidadã. Nesse sentido, estes acontecimentos precisam ser relembrados e polarizados principalmente no âmbito escolar, recuperando detalhes da história, esquecida com o tempo, e buscar desconstruir esta visão eurocêntrica sobre os índios, tratando-os apenas como submissos.

Segundo Cunha (2012, p.87),

> os colonos e as autoridades sempre se referiram à eles como profundos ranços etnocêntricos e os registram em seus documentos através de designativos altamente preconceituosos, tais como: selvagens, bárbaros, gentios, inimigos. Quem eram? Ora, como feras que infestavam o sertão; que amedrontavam incomodavam e flechavam os laboriosos colonos.

Por isso, retomar estes acontecimentos são de fato muito marcantes, ainda mais com a intenção de não julgar os “vilões” e “mocinhos” desta façanha que

permaneceu por muitas décadas, até o extermínio dos indígenas, no caso os xoklengs/laklãnõ.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo geral

Analisar o conhecimento que os estudantes do 9º ano da Escola de Educação Básica Nossa Senhora de Fátima apresentam em relação aos conflitos que envolveram Colonos e Xokleng/Laklãnõ, no século XIX, em Rio Fortuna.

1.4.2 Objetivos específicos

- Caracterizar a região de Rio Fortuna, desde a sua gênese.
- Relacionar particularidades sobre a colonização europeia no município de Rio Fortuna.
- Descrever as razões que levaram aos conflitos entre índios e colonos em Rio Fortuna.
- Caracterizar o cenário educacional da educação básica do município de Rio Fortuna.
- Analisar as perspectivas que os estudantes do 9º ano da Escola de Educação Básica Nossa Senhora de Fátima apresentam sobre os conflitos.
- Discorrer sobre a visão que o estudante apresenta sobre o índio em sala de aula.

1.5 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A investigação proposta para o trabalho monográfico, quanto ao seu objetivo, consistiu em uma pesquisa de tipo exploratória, pois proporciona “[...] maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.” (GIL, 2002, p. 41). Quanto aos procedimentos na coleta de dados, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa de campo, recorrendo-se a pesquisa de tipo

bibliográfica, também, e na aplicação de entrevistas juntos aos estudantes do 9º ano do ensino fundamental.

A pesquisa bibliográfica decorreu da necessidade de se fazer leituras, análises e interpretações de fontes secundárias (livros, revistas, jornais, monografias, teses, dissertações, relatórios de pesquisa, etc.). A finalidade desta consiste em colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que já foi escrito ou dito sobre o tema em estudo (MOTTA, 2012). É uma pesquisa que explica o tema em questão à luz dos modelos teóricos pertinentes.

Quanto ao instrumento de coleta de dados, que foi aplicado junto aos estudantes do 9º ano da Escola de Educação Básica Nossa Senhora de Fátima, “[...] é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram [...]” (SELLTIZ et al apud GIL, 1995, p. 113), sendo fundamental para obter informações do objeto em questão.

1.6 ORGANIZAÇÃO DO PLANO CAPITULAR

O desenvolvimento do presente trabalho está organizado em quatro capítulos. No segundo, descreve-se a colonização e a implantação da cultura de predominância alemã em Rio Fortuna. No terceiro capítulo aborda-se a relação entre o grupo Xokleng e os colonos alemães, bem como o papel do bugreiro no extermínio dos silvícolas. Enquanto o quarto capítulo, apresenta-se a questão do confronto na região riofortunense a partir da ótica dos estudantes do 9º ano da E.E.B. Nossa Senhora de Fátima e suas perspectivas sobre o indígena e como ele é tratado no contexto da sociedade atual.

2 COLONIZAÇÃO E CULTURA ALEMÃ NA REGIÃO DE RIO FORTUNA

Este capítulo apresenta os fatores econômicos, sociais e políticos que incentivaram e levaram a imigração europeia em direção ao Brasil, em especial a região de Rio Fortuna.

2.1 COLONIZAÇÃO EM TERRA CATARINENSE

A expressão imigração indica a instalação de indivíduos em um país diferente. Assim é possível entender que sair de seu país de origem e ir para outro totalmente distinto em aspectos climáticos, culturais, sociais, econômicos e políticos seria uma grande barreira a ser afrontada e por isso não podemos enxergar a vinda de imigrantes para o Brasil como uma decisão tomada da noite para o dia, já que uma sequência de fatores fizeram com que famílias, desabrigadas, sem emprego e principalmente, sem concepção de uma melhora de vida deixassem seu país natal, na expectativa de um futuro melhor. Silva (2012).

Para entender o que levou tantos europeus, principalmente, alemães a migrarem para o Brasil é preciso compreender que na Europa do século XIX estava havendo transformações profundas decorrentes da Revolução Industrial.

No período da colonização, devido à grande crise na Europa, a América passou a ser vista como um lugar de oportunidades. Caruso (2007, p. 129) faz referência aos imigrantes como “comboios de desesperados que começam a partir, aos milhares, com os filhos e as parcas mobílias às costas, com destino à América e à liberdade”.

No decorrer do século XIX, a Alemanha passava por momentos difíceis, a Reforma Protestante estava no seu auge e como consequência, ainda aconteciam guerras dentro do país, dizimando cerca de 30% da população, não apenas devido às guerras, mas também à fome, desnutrição e doenças que assolavam a região, conforme Wachowicz (apud CARUSO, 2007, p. 115-116).

Estes imigrantes virão assim a necessidade de se buscar uma outra vida, já que suas necessidades estavam sendo corrompidas pelos acontecimentos europeus, e oportunidades novas e irrecusáveis apareciam a todo momento.

Segundo Caruso (2007, p.117), a Alemanha debilitada pelas guerras de

religião não conseguiu mais alinhar-se as nações modernas do século XVI. “É a Alemanha e outros países, inclusive a Itália, estão isolados e afastados do Atlântico, por isso, não participam dos movimentos”. Assim, esse país se tornava fraco para participação de explorações e descobrimentos de novas terras, devido a isso não existe mais um estado forte, nem mesmo para fazer relações com países que estavam se tornando potências mundiais, abalados ainda pelos indícios da Revolução Industrial, a Alemanha começa a se degenerar em pequenos estados independentes, porém, pobres e débeis, ainda com pensamentos medievais. (Caruso, 2007)

Isso irá refletir na leva de imigrantes que chegarão ao Brasil por volta dos anos de 1860, onde grande maioria serão colonos, muito pouco comerciantes industriais. Após o fim do tráfico negreiro, e muitas políticas abolicionistas, a visão de que os escravos não eram mais rentáveis, trouxe ao governo a ideia de imigração, principalmente advindos das terras europeias, e destinados ao Sul no novo mundo.

Migrar faz parte da história de povos e das pessoas individualmente, mas uma imigração em massa, como aconteceu na metade do século XIX, só se compreende à luz de razões muito fortes. O desconhecido fascina e o novo é melhor que a rotina do dia-a-dia. (DIRCKSEN, 1995).

Assim como durante muito tempo na história, vários grupos migraram em busca de melhores lugares para se viver, muitos acertaram em suas escolhas, outros nem tanto, mas com certeza, a fascinação por algo diferente sempre motivou a este ato em suas vidas, buscando assim, saírem de suas rotinas e descobrirem o novo.

O incentivo da imigração se fortaleceu após a criação da Lei de Terras, na qual, Piazza (1983, p. 331) destaca que,

> esta lei dispunha sobre as terras devolutas no Império e determinava a sua medição, demarcação e a sua utilização em colonização [...] A partir desta Lei outras se fizeram, bem como houve decretos, que regulamentavam a matéria. Tem-se, pois, a “Lei de Terras”, como o divisor de águas, entre uma época e pouco ou nenhum interesse pela colonização estrangeira e outra em que tal assunto passou a ser de primordial atenção nos negócios do País.

Com base em ideias eurocêntricas, o governo imperial, queria iniciar a colonização para “branqueamento” da população, já que negros e índios não eram considerados “gente”, e também o preenchimento de terras ainda não ocupadas ao sul do Brasil, fomentando assim o desenvolvimento do mercado interno. (MOTTA, 2011).

Motta (2011, p.29) ainda relata que:

> entre os motivos da emigração dos europeus destacam- se: as sucessivas crises políticas, econômicas e militares enfrentadas em sua terra natal; o sonho de obter um pedaço de terra (“mito da terra prometida”); o desenvolvimento dos meios de transporte marítimo; o atraso da Alemanha e da Itália na corrida imperialista.

Buss (apud DIRCKSEN, 1995, p.33) confirma que:

> a emigração europeia foi estimulada para resolver um grave problema de mão-de-obra. Por pressão da Inglaterra o governo brasileiro havia proibido a importação de escravos negros da África. Faltava gente para trabalhar. Percebeu-se também que o trabalho livre em pequena propriedade era mais produtivo que o latifúndio focado à base do trabalho escravo. A vida do imigrante europeu resolvia assim três problemas: A superpopulação da Europa, a falta de mão-de-obra no Brasil e a expectativa dos insatisfeitos por dias melhores.

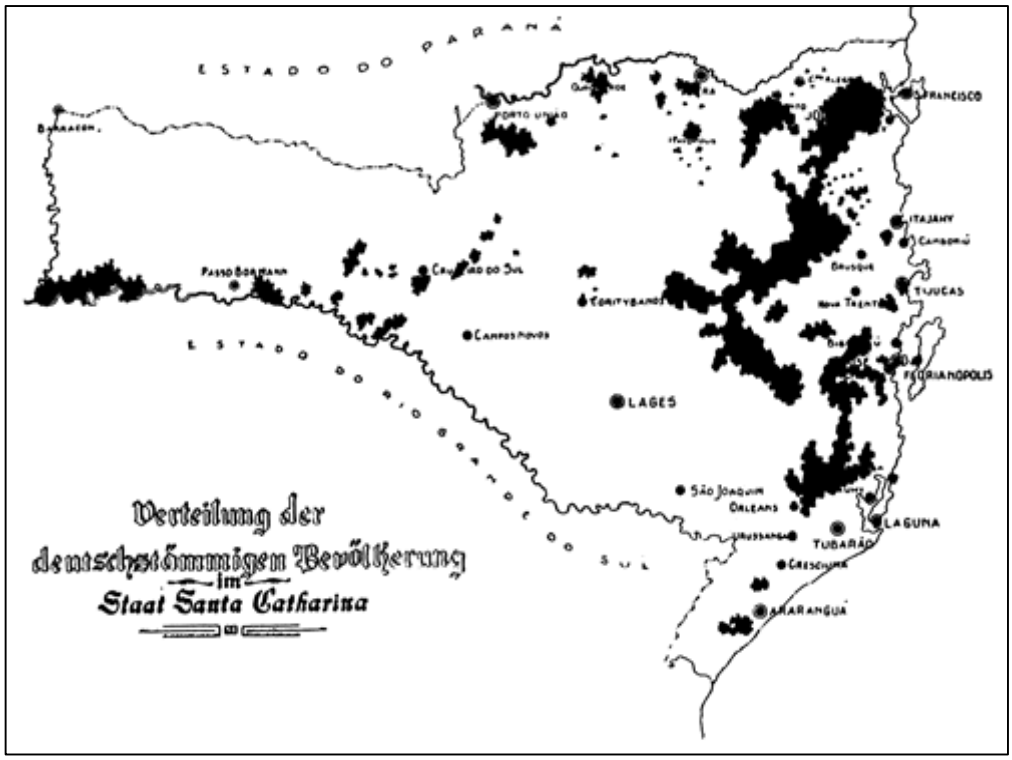
O Brasil estava correndo contra o tempo para perder o conceito de país “atrasado”, já que foi o último do continente americano a proibir o regime de escravidão, tornando-se vital conquistar uma boa imagem no exterior.

> É a escravidão à causa principal do nosso atraso, nunca houve correntes de imigração para país de escravos, nunca houve indústrias em países de escravos, nunca houve instrução em países de escravos, nunca houve respeito à liberdade alheia em países de escravos na longa experiência da escravidão africana. Esse é um trecho de uma das cartas do abolicionista Joaquim Nabuco, quando se achava em Londres, enviada ao senador Saraiva, a 28 de fevereiro de 1882. (CARUSO, 2007, apud FERRARINI, 1977, p. 47).

Porém, o governo brasileiro não estava interessado em contratar escravos como mão de obra assalariada pelo motivo que, segundo Selau (2010, p. 21), este fato deve-se a ideias racistas de superioridade do homem branco que se espalhavam por todo o mundo gerando o fortalecimento do nacionalismo e uma consequente necessidade de construção de uma identidade nacional baseada nos padrões europeus, fazendo surgir o interesse em receber imigrantes europeus para colonizar as áreas ainda não ocupadas.

O grande fluxo imigratório para o Brasil, motivado por fatores, políticos, econômicos e sociais, também teve como um agente importante, a propaganda emigratória, fortalecida por profissionais a serviço das companhias de colonização, já interligadas com barqueiros, fazendeiros, comerciantes entre outros, a propaganda se tornava um ato irresistível na qual era quase impossível recusá-la, alimentando assim, a “febre” da imigração. (CARUSO, 2007).

Figura 01 - Áreas de formação das colônias alemãs do século XIX.



Fonte: Pioneiros da colonização. Disponível em: http://www.imigracaoalemasc.com.br/conteudo.php?&sys=1&id=1145. Acesso em: 22 out. 2019.

Ainda de acordo com Baldessar (2007, p. 28), as propagandas nem sempre eram honestas, “exagerando pelo ouro e pedrarias que por toda a parte se recolhia em abundância, sem esforço de trabalho e sem muito suor. Até árvores auríferas havia e pérolas preciosas nas frutas, como nas ostras orientais”. Os imigrantes esperavam que seria o Brasil o país que lhe daria uma melhor situação de vida e certamente foram estimulados por anúncios de amplas riquezas, confiando que tudo seria mais acessível a suas mãos.

Selau (2010, p. 21) diz que, de acordo com as ideias racistas, nem o negro nem o indígena poderia ser espelho para a sociedade brasileira, pois o negro era considerado sem iniciativa para o trabalho assalariado e o índio um ser indolente e sem disposição. Porém, acreditavam que ao trazer o imigrante e dar a ele um pedaço de terra para cultivar alimentos, inspiraria os demais a trabalharem da mesma forma.

Para Piazza (1983), no Brasil, as colônias alemãs estavam implantadas no sul e sudeste, que trabalhavam nas lavouras cafeeiras, como “parceiros”, entretanto, tanto “parceiro”, como colono, apresentavam vários problemas de adaptações e convivência, resultado das informações prejudiciais ao Brasil, no contexto das propagandas imigratórias europeias e germânicas.

O Governo Brasileiro começava a pôr em execução, o plano de receber milhares de imigrantes que seriam encaminhados em direção ao Brasil, mais especificamente Santa Catarina, conforme Alvim (2007 apud CARUSO, 1986, p. 43).

> Em virtude desse contrato, esse conhecido arrolador estava autorizado a prometer, nos seus folhetos de propaganda, que assim que desembarcassem no Brasil, os imigrantes teriam, além da passagem gratuita do porto de desembarque à sede da residência escolhida, terra, sementes, alimentos por mais de seis meses e poderiam tornar-se proprietários assim que tivessem dado provas de estabelecimento fixo.

A grande colonização alemã se intensificava, principalmente nas décadas de 1860 e 1870, incentivados pelo governo provincial e em busca de melhores condições de vida, para suas famílias. Sobre isso, Dall' Alba (1973, p.28) traz o verso de um poema, que retrata a vida dos alemães na sua terra natal, e a esperança de uma vida muito melhor, dita a acontecer aqui no Brasil.

> Adeus, ó Pátria,
> Partimos para outras plagas,
> Partimos para o Brasil.
> Só as dívidas deixamos aqui,
> Procuramos outras paragens
> Há ouro como a areia,
> Hurra! Hurra!
> Breve chegaremos ao Brasil.

Analisando o poema vemos que a vida na Alemanha o século XIX não era nada fácil, assim motivados pela "terra prometida" atravessaram o Atlântico, e saíram do velho mundo, deixando uma pátria, família, filhos, posses etc. Iniciando assim um dos maiores fluxos migratórios do século XIX.

Segundo Cunha (2012, p.124),

> [...] a partir de 1824, houve uma mudança substancial, no povoamento com a chegada das primeiras levas de imigrantes alemães. As áreas de difícil ocupação, até essa ocasião, continuavam inabitadas pelos homens brancos [...] O assentamento de colonos se fazia de extrema importância, pois a meta era tornar produtivas e valorizadas essas áreas de mato. A ideologia colonizadora reconhecia no imigrante europeu o trabalhador que iria gerar riquezas nas "terras incultas". Ele era o elemento civilizador que iria tornar economicamente viável as regiões virgens.

A citação nos remete novamente ao ideal europeu de que somente ele seria o produtor das terras, o único com "capacidade" de desenvolver economicamente e produzir a partir dela (terra) algo que seja rentável e possa gerar lucros para o governo e a si próprio. Menosprezando o modo africano e indígena de produção e de vivência.

Caruso (2007, p. 135) informa que: “antes da vinda dos europeus, a partir de 1850, Santa Catarina era habitada por aproximadamente 70 mil pessoas, entre elas 15 mil eram escravos”.

Havia sim, uma razão estratégica para que o governo imperial destinasse as áreas inóspitas para a colonização. Waibel (apud CARUSO, 1958, p.211-213) confirma que: o governo brasileiro tinha o interesse de estabelecer em áreas de floresta das províncias meridionais, colonos que fossem pequenos proprietários livres, “que cultivassem as terras de mata com auxílio das respectivas famílias [...].”Por isso, o governo brasileiro precisava de gente para ocupar terras consideradas vazias, pois para ele os índios não eram pessoas capazes de fazer a terra produzir; os imigrantes acreditavam piamente que o Brasil seria um lugar, na América, onde iriam ter uma nova oportunidade para prosperar economicamente.

Piazza (1982, p. 159-160) traz a seguir algumas cláusulas dos contratos estabelecidos para a vinda de imigrantes ao novo mundo:

> DECRETO N.º 5663- DE JUNHO DE 1874
>
> Autoriza a celebração do contrato com Joaquim Caetano Pinto Júnior, para importar no Império 100.000 imigrantes europeus. Este contrato entre o Governo Imperial Joaquim Caetano Pinto Junior, para que entre o período de 10 anos trazer ao Brasil 100.000 imigrantes, sob seguintes condições:
> VII. O governo concedera gratuitamente aos imigrantes hospedagem e alimentação durante os primeiros oito dias de sua chegada, e transporte até as colônias de estado que se destinarem.
> IX. Os imigrantes terão plena e completa liberdade de se estabelecerem como agricultores nas colônias ou em terras do Estado, que escolheram para sua residência, em colônias ou terras das províncias particulares; assim como se empregarem em cidades, vilas ou povoações
> X. Os imigrantes virão espontaneamente, sem compromisso, nem contrato algum e por isso, nenhuma reclamação poderão fazer ao Governo, tendo apenas, o direito aos fatores estabelecidos nas presentes cláusulas, do que ficarão plenamente cientes.
> XIII. Todas as expedições de imigrantes serão acompanhadas de listas contendo nome, identidade, naturalidade, profissão, estado e religião de cada indivíduo.

Dircksen (1995, p. 20) aponta que a época era de miséria para a maioria dos camponeses europeus. Indica, ainda, que os pequenos proprietários de terras acabavam por retalhar suas propriedades para o sustento de suas famílias à medida que iam crescendo, na formação de novos núcleos familiares. No Brasil, o imigrante deparava-se com florestas imensas. Começava, então, o desmatamento para que assim, fosse possível construir suas casas e as roças. Santa Catarina foi à região escolhida pelos colonos alemães.

Figura 02 - Família de João Henrique Roecker, primeiros habitantes do município de Rio Fortuna.

Fonte: Ricken e Ricken (2008, p. 55)

Recém-chegados ao Brasil, ainda conservavam as fortes lembranças da Europa, de famílias sempre muito numerosas, extremamente religiosas, destacamos os católicos e luteranos, onde valorizavam a educação como um princípio fundamental para o sucesso de todos. Como relata Willy (apud DALMAGRO, 1965, p. 42): “alguns que eram estudados davam aula. A gente paga um tanto por mês, se não a gente não ficava ensinado. O governo não se importava com nós”.

Com essas palavras, Willy descreve o que alguns colonos imigrantes passaram, após a chegada ao novo mundo, por parte das autoridades, o que realmente nos mostra apenas o interesse em povoar as terras inóspitas e dificultar possíveis invasões, sendo tratados com descaso por parte do governo.

Dentre as várias colônias criadas dentro do estado catarinense, a pioneira foi à colônia de São Pedro de Alcântara, próximo a região da Grande Florianópolis, fundada em 1829, empolgados em se firmar nas novas terras e ver o sucesso florescer 635 imigrantes sendo na maioria alemães, começaram a construir suas vidas, porém, isso tudo durou pouco, vários fatores econômicos, falta de investimento por parte dos governantes, perigos na mata e terra inférteis, desanimaram estes imigrantes.

É importante destacar que Willems (1980 apud FARIAS, 2003, p.44) demonstra que:

> "os primeiros anos do imigrante na mata virgem caracterizavam-se pela falta de capital e a necessidade de obter, pelo trabalho próprio e o da família, os meios que garantam a sobrevivência biológica. O primeiro capital com que muitos imigrantes chegam, é geralmente empregado na aquisição das terras".

Anos mais tarde, são fundadas as colônias de Blumenau, influenciada pelo Dr. Hermann Blumenau que obtive sucesso, dando origem a atual cidade de Blumenau no Vale do Itajaí. Já na colônia de Santa Isabel em 1847, muito próximo ao município de Águas Mornas SC, as incertezas de que a saída da Europa não foi uma boa ideia vigoravam, pois, também enfrentaram dificuldades no seu progresso.

Em 1860, nascia a colônia de Teresópolis, localizada próxima a capital Florianópolis, e que segundo seu diretor, Theodoro Todeschini (apud TENFEN, 1997, p. 56), "os fatores que impediram o progresso da colônia, por essa época, foram as fortes geadas, chuvas de pedra inundações e uma praga de ratos"; já em direção ao rio Cubatão, várias terras foram ocupadas, até chegarem ao Vale do Capivari, se direcionando para São Bonifácio e São Martinho.

O presidente da Província de 1865, conforme Dircksen (1995, p.43), afirmava que:

> esta nova linha, pela fertilidade de seu solo, deve ser aproveitada. Por isso deverá ser explorada a fim de se reconhecer a extensão dos terrenos devolutos de que poderá servir-se o governo para a fundação de um novo núcleo colonial, prolongando-o quanto possível pelo centro do município de Laguna e, por esta forma, dotar-se este importante município com a vantagem da colonização.

Posteriormente, sob influência do Pe. Roer,[1] as reclamações por parte dos colonos que não vigoravam em suas propriedades, e sabendo que o sucesso estava nas terras ao sul de Santa Catarina, que eram propícias para a agricultura, principal fonte de renda dos imigrantes, vários outros colonos migraram para estas regiões, fundando os novos municípios do Vale do Braço do Norte, entre estes, São Ludgero, Orleans, Braço do Norte, Grão Pará, Santa Rosa de Lima, São Martinho e Rio Fortuna, tendo esse último se formado por volta de 1880. DALL' ALBA (1973).

É o que veremos a seguir.

---

[1] Padre Guilherme Roer nasceu na Alemanha e foi o grande incentivador da imigração para as terras do Vale de Braço do Norte, sendo por isso muito venerado pela população alemã das colônias na qual frequentou. DALL'ALBA (1973)

2.2 COLONIZAÇÃO E CULTURA ALEMÃ EM RIO FORTUNA

A referência de um povo está ligada ao tripé, identidade, memória e história, e é através destes que atribuímos valor a nossa vida pessoal, tornando um bem, algo que buscamos manter e preservar, pois nos enriquece de alguma forma. Assim, como todos os povos e etnias possuem suas características, costumes, tradições culturais e crenças, os europeus, principalmente alemães, que migraram para Rio Fortuna, não eram diferentes, sua forte religiosidade, a valorização pela educação, e o prazer de trabalhar, e ver o sucesso, destacaram-se entre as características deste povo.

Conforme Farias (apud RICKEN; RICKEN, 2008, p. 241),

> os imigrantes alemães e seus descendentes procuraram preservar nas colônias que formaram seus hábitos, costumes e tradições, como formas de manter a identidade. Entre os elementos de maior representatividade, especialmente no caso dos imigrantes alemães estabelecidos em Rio Fortuna, destacam- se: o trabalho, a religião e a educação. A partir de 1883, vincularam a educação a religiosidade- uma complementando a outra e, muitas vezes confundindo o papel de cada uma. Quanto ao trabalho, o concebiam como representação do esforço e dedicação de seus precursores, numa terra estranha e hostil.

A fertilidade e o encantamento das terras mostravam aos agricultores o quão eram produtivas as terras riofortunenses. Nos primeiros clarões que surgiam na mata virgem, surgia às pequenas casas, juntamente com uma escola um cemitério e como enfoque e papel de grande necessidade a igreja. Segundo Tenfen, (1997, p. 188), “[...] a religião era algo que o imigrante alemão tinha como ponto de referência. ”

As famílias buscavam sempre educar muito bem seus filhos, porém, o ensino escolar era por um período limitado e muito incerto, devido às grandes proles, muitos que aqui chegaram iniciavam os estudos e prosseguiam até a quarta série, ou mesmo, eram obrigados a parar antes, para ajudarem nas roças ou cuidarem dos irmãos mais novos, juntamente com os afazeres de casa.

As escolas eram pequenas, mantidas pelos próprios pais, que pagavam o único professor, onde o mesmo lecionava várias disciplinas para turmas de idades diferentes, que ficavam sob o teto da mesma sala.

Segundo Dall’Alba (1973), a primeira escola parece ter iniciado em 1889, mantida pelas famílias dos alunos, o salário não poderia ser alto, os professores

lecionaram em alemão, ensinavam noções de matemática, geografia e conhecimentos gerais.

Consta no site da Prefeitura de Rio Fortuna (2018) o registro da primeira escola do município de Rio Fortuna, que foi fundada no ano de 1889 e chamada de “Gemeinde Schule”. Seus professores eram alemães, migrados para o local, e também alguns padres que, além de ensinar a língua alemã, davam aulas de música, canto e disseminavam desta forma costumes e valores de tradição religiosa.

Dalmagro (2012, p.44-45) ainda afirma que, naquele tempo, o professor, precisava ser multifacetado, uma verdadeira autoridade, e exercia uma influência muito grande na formação do aluno, professor tinha mesmo era moral, casar com um deles era uma conquista, quem casava com professor tinha status.

Figura 03 - Escola Gemeinde Schule com Roberto Heinz e alunos, em 1931.

Fonte: Ricken e Ricken (2008, p. 149)

Outro ponto forte dos imigrantes alemães, que colonizaram Rio Fortuna, é sua extrema religiosidade, durante muitos anos os católicos e luteranos conviveram nestas terras, porém, a dominância católica sempre prevaleceu, os cultos, terços, e missas eram sagradas para todos os membros das famílias. Suas caminhadas e procissões, principalmente aos domingos refletiam no quão era venerada a religião e a fé dentre os colonos europeus.

Na cidade de Rio Fortuna, sendo a maioria de sua população adepta da religião católica, os primeiros colonizadores construíram na cidade algumas igrejas

católicas para celebrar a sua religiosidade. Os munícipes católicos até hoje continuam mantendo os costumes acesos na cidade.

Dircksen (2008) relata que o povo católico do município até 1916 teve seu centro religioso/matriz em São Ludgero, onde os riofortunenses realizavam os batizados, casamentos e grandes celebrações. Dificilmente os padres da diocese se encaminhavam à Rio Fortuna pelo fato da distância e a falta de estradas.

As missas costumavam ser aos domingos, no qual a família se preparava para percorrer longos caminhos até as raras igrejas da comunidade, transportados por cavalos, charretes, ou até mesmo a pé.

Para a senhora Adelina Schimidt Lemkhul (apud DALMAGRO 2012, p. 194) relata que: “tínhamos o costume de tomar a comunhão em jejum, íamos a pé para a igreja e muitas vezes tirávamos as sandálias até chegar à igreja para não gastar a sola. ”

Figura 04- Panorama da Igreja católica de 1939.

Fonte: Site da Prefeitura Municipal, 2019.

Acredita-se que a primeira capela do município de Rio Fortuna tenha sido construída por volta de 1905, no momento em que os primeiros colonizadores foram se fixando na região. A preocupação pela construção de uma capela para propagar sua fé era eminente.

Em 1939, uma nova igreja foi construída no município, (figura 04) essa já com traços arquitetônicos mais arrojados, sendo construída com o suor da comunidade. Alguns munícipes relatam com tristeza a sua demolição anos mais tarde,

tendo se perdido uma construção portadora de memória dos moradores locais. (RICKEN, 2008, P.198-199).

Ricken (2008) ainda diz que, anos depois, Rio Fortuna tinha construído sua quarta igreja, sendo essa inaugurada e benzida no dia 29/02/1984, tendo como padroeiro da igreja, São Marcos, para o qual ainda hoje são realizadas celebrações e festas em honra ao mesmo.

Fé, religiosidade, devoção, mantiveram acessas as chamas de esperança e progressos nestas terras, eram poucas as vezes que se reuniam para se atualizar dos acontecimentos do dia a dia. Nas palavras de Tenfen (apud 1997, RICKEN; RICKEN, 2008, p.236) " [...] A religião era algo que o imigrante alemão tinha como ponto de referência". Ou melhor, era a fé que mantinha acessa as chamas para o progresso nas terras sulistas.

Segundo Dalmagro (2012, p.195),

> as missas ou os cultos além de serem momento de cultivo de suas crenças, foram até pouco tempo atrás os únicos acontecimentos capazes de reunir a maioria das pessoas das comunidades. Era antes e depois das celebrações que as pessoas conversavam e tocavam notícias, que as fofocas circulavam, que os namoros começavam ou prosseguiam, que as comadres e compadres matavam a saudade e davam boas gargalhadas, regadas a quitutes, bolachas, chimarrão, cachaça e outras bebidas.

Ricken (2008), relata que, era através destes encontros, bailes, festas, e nestas vindas a igreja, que muitos começavam a namorar, cor, raça, religião e status econômico, tudo era levado em consideração, namorar e beijar, apenas a luz do dia e muitas vezes, só escondido, sempre deveriam estar acompanhados por alguém, após poucos anos de namoro, marcava-se o casamento.

Os preparativos para os casamentos começavam cerca de uma semana antes, o convite as famílias se dava, através de alguns homens da comunidade que visitavam as casas e recebiam em seu chapéu uma fita indicando quantas famílias estariam presentes para o casamento, (figura 05) juntamente, com a sagrada cachaça, uma dose a cada casa.

Figura 05- Fitas nos chapéus indicando o número de convidados.

Fonte: Ricken e Ricken (2008, p.244)

As famílias dos noivos se ajudavam nos preparativos, matavam bois, porcos e galinhas, para a composição da comida, sopa, gemüse,[2] aipim e muita carne assada, juntamente com o bolo de casamento feito pelas mulheres da comunidade, bebidas, apenas cachaça, cerveja só em temperatura ambiente, já que refrigeração não existia, sendo ainda, apenas para as famílias de mais posse. As festas sempre se realizavam na casa dos pais do noivo, todos comiam em uma grande mesa, ao som de muita música, na qual prosseguia ao longo do dia.

[2] Gemüse, prato típico alemão, composto por batatas inglesas, pedaços de carne suína e folhas de couve ou repolho, que fervem na mesma panela e depois são amassados até chegarem ao aspecto de um purê. DALL' ALBA (1973)

Figura 06- Noivos e testemunhas chegando da cerimônia.

Fonte: Ricken e Ricken (2008, p. 245)

Pouco tempo depois as famílias aumentavam em número com a vinda dos filhos. Segundo Ricken e Ricken (2008, p. 248),

> o nascimento de um bebê era um ato muito importante considerado uma bênção divina. Os vizinhos e parentes vinham visitar e traziam um presentinho, um vestidinho, um tostão... [...] O batizado acontecia alguns dias após o nascimento do bebê, que era levado pelo pai e pelos padrinhos até a igreja. Os padrinhos compravam o enxoval, e também arcavam com as despesas do batizado.

Assim, dava-se sequência as famílias extensas, que iriam povoar o município de Rio Fortuna, seguindo a fé herdada pelos antepassados da Europa, enriquecendo a economia, com maiores plantações, e mais filhos, que ajudavam com mão de obra nas lavouras. Foram surgindo às comunidades e aumentando territorialmente o município, porém os mesmos já eram habitados por nativos populares, Botocudos ou Xoklengs/Laklãnõ, que possuidores e moradores destas terras, onde os primeiros anos de contato, foram amistosos, porém depois com o avanço das propriedades as relações se tornaram conflituosas, assim não aceitaram

de forma pacífica esse rápido avanço dos colonos sob seu território, culminando em um extermínio étnico, que pouco se fala na historiografia do município.

3 XOKLENG/ LAKLÃNÕ, COLONO ALEMÃO E BUGREIRO EM RIO FORTUNA

Nesta seção abordam-se aspectos ligados à resistência indígena aos avanços da colonização alemã, na região de Rio Fortuna, Santa Catarina, com a articulação belicista dos bugreiros, que era uma espécie de escudo ao avanço colonial europeu.

3.1 GÊNESE DO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

O pequeno município de Rio Fortuna, vistos por muitos olhos estereotipados como um lugar “atrasado” perante ao desenvolvimento e urbanização das grandes cidades, que é lembrado como um local de população rude, sem conhecimento sobre as modernidades que nascem no contexto globalizado, que ainda vivem em meio a “mata”, como os primeiros colonizadores. Está localizado a cerca de 190 km da capital Florianópolis, com uma altitude de 130 metros acima do nível do mar, fazendo divisa com os municípios de Santa Rosa de Lima ao norte; ao sul com Braço do Norte e Armazém; a leste com São Martinho, e a oeste com Urubici e Grão-Pará, e atualmente se encontra com uma população de 4.601 habitantes, segundo censo do IBGE de 2018.

Figura 07 – Imagem aérea da região central de Rio Fortuna, 2017.

Fonte: Acervo pessoal de Josoan Nack, 2018

Rio Fortuna teve o início de sua colonização por volta de 1883. No começo de 1881, a cidade não possuía moradores, apenas a mata fechada a ser desbravada para a criação da atual cidade. A colonização se fazia necessária para o desenvolvimento da população e da economia do recente município. Então, em 1883, as terras começam a ser vendidas e o sonho destes colonos alemães começava a ressurgir, buscando agora vida estável com suas famílias.

A criação do município que também fora chamado pelos colonizadores, de “Glückfluss”, que significa “Rio Fortuna”, fato ocorrido no ano de 1987, período de desbravamento das terras.

Acerca disso, Dall’Alba (1973, p. 285) relata que:

> caçadores alemães de São Bonifácio, embrenhados há mais dias na selva, começaram a descer pelas vertentes do riacho. Era tudo floresta. Caça abundante. Mas quem iria esperar que em poucos momentos seriam abatidas duas antas espojando- se tranquilas nos lajeados do rio? Duas antas grandes. Que fortuna! E contaram novamente a façanha inaudita. Onde? Num rio da grande fortuna? Onde? No Rio Fortuna. “Glückfluss”.

Mas com as terras pertencentes ao patrimônio da Princesa Isabel, o desejo de se apossar e cultivar crescia com o tempo. Conforme Vandresen (apud RICKEN; RICKEN, 2008, p. 42), “os pioneiros compraram da ‘Companhia de Terras de Colonização’ grandes extensões de terra. Vendidas depois em parcelas desta mesma terra aos novos colonos que anualmente chegavam em Rio Fortuna. ”

Figura 08 – Mapa político de Rio Fortuna**.**

Fonte: Site da Prefeitura Municipal, 2019.

Segundo as tradições orais e documentos historiográficos, os primeiros habitantes que buscavam a prosperidade no município e consequentemente da sua família seriam colonos alemães provindos da região da Westfália, que não se adaptaram as comunidades de São Martinho e São Bonifácio e migraram rio abaixo. Dall ‘Alba (1973, p.287) relata que os primeiros colonos a chegarem nas novas terras foram: Christovam Schmoeller, Frederico Feldhaus, Henrique Vandresen, Luiz Bechtold, Pedro Klemm, Jorge Nacks, Guilherme Steinmaetz, Jacob Bauscher e Jorge Felippe, Bernardo Assing, João Oenning, Francisco Vicente e João José Domingos Gonçalves, João Schneider, Bernard Henrique e João Tenfen, Augusto Dircksen José Flor, Martin Cavaleiro e Moisés Pinheiro.

Contudo, a região de mata fechada, animais peçonhentos e índios ainda desconhecidos pelos colonos, causavam medo e apreensão em relação à ocupação destas áreas ao sul do Estado de Santa Catarina. Era preciso coragem e muita determinação para “dominar” essas novas terras, que eram muito diferentes da terra natal.

Os primeiros tempos foram bem difíceis, as áreas ainda intocadas pela população “branca”, além de se confrontarem com os nativos, e a não se adaptação ao clima, juntamente com o apego que ainda tinham da terra natal e da família, que em primeiro momento não acompanhava o processo de colonização e desbravamento das terras consideradas “vazias”, pela Província e o Governo Imperial, antes de começarem a colonizar estas dificuldades deixavam estes novos habitantes desolados de tudo e de todos.

Porém, Lottin (2009, p. 31) detalha que:

> animados pela fertilidade extraordinária do solo e possuídos de amor ao trabalho, entraram em seus lotes, e com seus próprios braços derrubaram a mata precisa para as suas pequenas casinhas e sua primeira plantação. Foi naturalmente em muito pequena escala a primeira derrubada, e muito modesta a casinha que cada colono construiu com suas próprias mãos. Porém, tal era a fertilidade do solo que a primeira plantação não os desapontou [...] Em seguida, construíram casas maiores, aproveitando das suas primeiras casinhas para o serviço de sua sempre crescente lavoura.

As primeiras derrubadas sempre eram feitas próximos aos rios para que houvesse sua utilização quando necessário, após isso, fazia-se as queimadas plantando assim o necessário para a sobrevivência, milho, batatinha, mandioca, feijão e outros gêneros. Enquanto isso as casas extremamente simples construídas de

madeira e cobertas com sapé ou “Schinder”, pequenas taboas, eram erguidas neste novo solo, considerado um “vale abençoado”.

Os colonos alemães prosseguiram com as derrubadas nas matas, para a construção de ranchos e abrigos, que os protegiam dos perigos da densa floresta ainda intocada. Segundo Weimer, nos primórdios da ocupação, a madeira extraída da mata era o principal material utilizado para construção da casa, estábulo, galinheiro, varais e cercas. As paredes eram executadas em taipa, com amarra de galhos com cipós e vedação, preenchidas com mistura de barro e palha (WEIMER, 2015, p.136).

Após alguns anos de fixação, os padrões e estilo arquitetônico de construções também foram desenvolvidos. Surgia, então, um dos estilos que mais caracterizam e identificam a Alemanha: o estilo enxaimel. Marcadas pelos telhados inclinados e os detalhes em madeira, as casas no modelo “enxaimel” nos remetem imediatamente à Alemanha.

Vandresen (apud RICKEN, 2008, p.31) conta que:

> quando os primeiros colonos entraram em Rio Fortuna, não trouxeram imediatamente a família. Deixando em casa de parentes a mulher e os filhos menores, partiam para o interior da mata viagem, levando mantimentos e instrumentos agrícolas. Em geral um colono não ia sozinho. Partiam com eles os filhos capazes de manobrar o machado ou alguns vizinhos. [...] Abriam em primeiro lugar uma clareira no meio da mata e faziam um barraco improvisado em que guardavam mantimentos e repousavam a noite. As primeiras derrubadas foram sempre à beira de rio. Após a queimada plantavam o milho e outros gêneros de primeira necessidade. Enquanto o milho crescia preparavam madeira para a primeira casa. Após a colheita buscavam a mulher e os filhos, bem como a criação e os haveres.

Meurer e Esser (apud DALL’ ALBA, 1973, p. 288) ainda reforçam que:

> nossos velhos contavam que a vida no mato não era lá tão cômoda. Quanta vez a fome batia seca. Munição faltava dias seguidos de chuva, índios rondando, febre mesmo. A gente sozinha no rancho improvisado. Acabavam as roscas, acabavam o charque, o torresmo, a caça, o pescado. A bóia, que os de casa deveriam trazer para a semana, atrasava dias. Sem cachaça, até coragem se ia. Trancados na cabana, nem sempre segura, os índios rondando, as onças rondando, as cobras rondando, as febres, rumores estranhos, solidão tenebrosa... Epa! A coragem.... Não que faltasse coragem, mas que o medo batia, batia!

Segundo palavras de Lindofo Heidemann (apud RICKEN; RICKEN, 2008, p. 307),

> por volta de 1910 havia uns três moradores (em torno da igreja). Em 1905, a situação era quase a mesma. Rio Fortuna começou a se desenvolver um pouco após a criação do município. Rio Fortuna é uma cidade que nunca foi vila. Foi elevada a sede de município quando só contava com umas dez casas

> de colonos mais ou menos reunidas em torno da igreja e de umas casas comercias. Em 1970, as duas praças, Centro e Encruzo, alcançavam 500 habitantes dentro do perímetro urbano.

A prosperidade logo surgira entre os colonos do município de Rio Fortuna, ao sul do Estado de Santa Catarina, após o êxito das primeiras colheitas nas novas terras. Com isso, as famílias alemãs construíram melhores casas de tijolos amassadas aos pés e com o estilo de enxaimel, como era costume na tradição germânica, aos poucos as famílias iam se instalando na região e desenvolvendo um novo estilo de vida econômica.

Figura 09 - Casa do período da colonização, com mais de 100 anos, já reformada.

Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

Mas logo o colono invasor enxerga um grande problema para o avanço da colonização. Era a presença do indígena na região, principalmente os Xokleng/ Laklãnõ ou Botocudos da etnia Jê, que viviam nas encostas da Serra Geral. Com isso, os extermínios tornam-se a solução para garantir a posse da terra.

Para o imigrante europeu, a presença dos indígenas causava espanto e muita preocupação, já que na região ao sul a existência do indígena era ainda desconhecida por eles. Estes, de ideias capitalistas e eurocêntricas, tinham a propriedade que compraram como posse, renda e comércio, diferentemente do índio Xokleng, que pensava a terra como território do grupo, e não de posse individual ou familiar.

Segundo Clastres (1978, p. 132), “as sociedades primitivas são sociedades sem estado”. Logo, os índios pertencem a uma sociedade incompleta, na visão eurocêntrica, pois falta a eles um poder moderador, alguém que lhes policie. Nesse sentido, pelo fato de não estarem dentro dos padrões europeus, passam a ser vistos como pessoas sem cultura.

Para Clastres (1978, p. 133), “as sociedades arcaicas são determinadas de maneira negativa, sob o critério da falta: as sociedades sem Estado, sociedades sem escrita, sociedades sem história”. Por isso mesmo, a visão do colono sobre o indígena, é bastante controvertida, pois os considera sem organização, preguiçoso, que não produzia para a troca comercial.

Sobre isso, Clastres (1978, p. 133) ainda comenta que:

> se, com isso, quisermos significar que as sociedades primitivas desconhecem a economia de mercado onde são escoados os excedentes da produção, nada afirmamos de modo estrito e contentamo-nos em destacar mais uma falta, sempre com referência ao nosso próprio mundo: essas sociedades que não possuem Estado, escrita, história, também não dispõe de mercado.

Porém, mesmo assim, sabendo sobre a vivência e organização dos xokleng/laklãnõ “quando o Governo Brasileiro entendeu em colonizar a região Sul Catarinense, simplesmente, ignorou a presença indígena”, conforme relata Baldessar (1991, p. 05).

Nascia agora mais um problema para aqueles imigrantes que estavam começando a se reerguer em meio às terras riofortunenses. Os raros convívios amistosos, que podiam ser relatados pelos moradores de Rio Fortuna, deixam claro a ideia de que relações diplomáticas poderiam ter ocorrido. “Escutei muitas vezes os bugres no mato, próximo da roça em que trabalhava sozinho. Não eram agressivos, mas vingativos. Não lhes fazendo mal também não faziam”, afirma Heidemann (apud DALL’ ALBA, 1973, p. 357).

Muitos colonos que queriam desbravar o novo território, não percebiam a terra como um lugar de fartura para o grupo indígena xokleng/laklãnõ, por isso eram hostilizados, não percebiam o quanto o grupo possuía traços culturais com esse habitat, o quanto a terra representava para os silvícolas um local sagrado e inseparável, ela garante a vida de um povo e oferece as coisas conforme as necessidades, pois é dela que surge a fonte da vida coletiva, social e cultural, sem ela nada é possível.

Conforme Santos (1987, p. 97), o que se ouvia nas colônias a respeito dos Xokleng, era que “o índio não era exatamente humano”.

Koch (2002, p. 211) ainda afirma,

> cultura é um conjunto de valores e instituições, de ordem material e espiritual, transmitido de geração a geração, e que regem a vida coletiva e individual de um povo ou de uma tribo. Tal cultura tornase -lhe um “habitat” tipicamente humano. Com a fundamental importância de uma segunda natureza. Danificá-lo, seria fragilizar e até, destruir a vida de um povo, de uma tribo e de seus membros. Coisa que ocorre com a integração compulsória. Ainda quando gradual e matreira... Eis o “etnocídio”.

Dessa maneira, os colonos alemães começaram uma guerra contra os silvícolas, independente se fosse por propriedade, roubo de objetos de ferro utilizados pelos xokleng para a fabricação de suas armas, morte dos colonos pelos indígenas, medo, insegurança ou qualquer outro motivo, o extermínio étnico se concretizou.

Em suas histórias, Henrique Vandresen relata a Dall’Alba (1973, p. 356) que:

> os índios começaram por roubar-lhe os instrumentos de carpinteiro. Um dia matara um índio e ia cortar-lhe a orelha para mostrar ao povo que não acreditava na existência dessa gente, quando um outro agarra por trás. Dando uma facada rápida para trás, fere o atacante que foge, deixando lhe manchas negras nos braços tanta força que o agarrava.

Aos poucos, a pequena população riofortunense não conseguia mais controlar os ataques indígenas, então o jeito era contratar os batedores do mato, mais conhecidos como bugreiros, que tinham como finalidade acabar, na sua concepção com o estorvo da colonização e progresso das propriedades, dando um fim aos silvícolas. Por isso, o Dr. João José Coutinho, Presidente da Província, conforme Santos (1973, p. 65), afirmou “que a única maneira realmente eficaz seria obrigar estes assassinos e filhos de bárbaros deixarem a floresta localizando-os em lugares dos quais não pudessem fugir”, oficializando o ditado popular, “índio bom é índio morto”.

Conforme este verso, de Coutinho (apud KOCH, 2002, p. 96), os indígenas não deveriam ser respeitados e nem tratados igualmente porque roubavam e atacavam com emboscadas os colonos europeus.

> Estes bárbaros (índios)
> que não poupam mulheres nem crianças,
> que só se ocupam em roubar
> e em assaltar-nos em emboscadas,
> não poderão, a meu ver,

> nunca ser tratados
> com bondade e condescendência.

Porém, os colonos alemães prosseguiram com as derrubadas de terras, para a construção de ranchos e abrigos, que os protegiam dos perigos da densa floresta ainda intocada. Para isso, levavam consigo mantimentos trazidos da Europa, como ferramentas de ferro, entre eles, machados, foices, enxadas e facões, carregando sempre consigo uma trouxa de alimento para armazenamento, já que as semanas podiam se pendurar até o fim de seu trabalho. Além de torresmo, e cachaça, um recurso para enfrentar o medo das matas, a fé era o principal alimento destes homens que se isolavam nas matas em busca de suas realizações. A caça, a pesca e mantimentos oferecidos pela natureza, como o palmito, eram a dieta básica desses agricultores que desbravaram as terras, onde hoje está localizado o município Rio Fortuna, começando assim, um longo processo de colonização.

Para que as famílias se desenvolvessem em suas propriedades às vezes eram necessários meses até as primeiras colheitas e as pequenas casas servirem de abrigo, para mulheres e filhos pequenos que chegavam em cargueiros semanas depois.

Ao estudar a arquitetura popular da imigração alemã, Weimer (2005) identifica a “cabana como o primeiro abrigo” em geral, implantada preferencialmente próxima aos rios e córregos, que forneciam água para o consumo dos imigrantes. Na construção da barraca, os materiais utilizados eram aqueles que a floresta oferecia.

Para Weimer (2005), o propósito desta primeira edificação é servir como abrigo provisório durante a derrubada da mata para o estabelecimento do rancho onde, a seguir, é erguida a casa dos colonos.

Dall’Alba (1973, p. 288) relata que um desbravador que se embrenhou pela floresta, para uma derrubada. Passa uma semana, passam duas, e o homem não volta. Familiares e vizinhos se preocupam. Um deles decide e vai ver o que está acontecendo. De longe, vê o solitário penteando o cavalo, companheiro único na mata hostil. Contam que o homem levou tal susto ao ver inesperadamente um seu semelhante ali, levou tempo para se recuperar. Através deste relato notamos que meses poderiam se passar até reencontrar as famílias e prosseguir com o que haviam sonhado, logo, logo já construíam paióis, para estoque da alimentação da família e de suas posses, também chiqueiros, galinheiros para a criação de suínos, avinos e vacas de leite, como também animais de carga, principal meio de locomoção da época.

A fertilidade das terras riofortunenses impressionou os agricultores que colhiam em suas plantações grandes quantidades de milho, no qual estocavam dentro de pequenos ranchos (paióis), dos peixes que viviam nos vários rios que cortavam a cidade, e que hoje dão o nome às comunidades locais, e a caça que derivou o nome da cidade por ser considerado uma fortuna o encontro de duas antas à beira rio, pelos desbravadores.

Sobre isso, o bugreiro, Ireno Pinheiro, relata a Dall' Alba (1973) que: "saíram porco de dentro do mato, de cinco de seis, de vereda, juntos... Uma imundícia de bichos! Tinha de oitenta pra riba"!

Estes ricos relatos retratam como eram abundantes os alimentos oferecidos pela natureza e como às terras eram férteis em Rio Fortuna, convertidas em terras produtivas, que iriam fornecer um excedente considerável à capacidade de consumo das famílias, por mais numerosas que fossem.

Sendo a agricultura a principal fonte de renda das famílias da época, os excedentes, após anos de produção, acabavam por gerar uma renda adicional à família, destacando a produção de suínos que eram alimentados pelas sobras das roças de milho, abatidos e comercializados em forma de toucinhos, torresmo, carnes salgadas e a banha, produtos mais fáceis de comercializar, todos iam para as cidades de Laguna e Florianópolis, de lá embarcavam em navios cargueiros que transportariam os produtos coloniais para o Rio de Janeiro, trocados por outras mercadorias mais necessários, como instrumentos agrícolas, roupas, sapatos, utensílios domésticos, sal, querosene, entre outros.

Ricken e Ricken (2008, p. 67) relatam que o comércio de Laguna facilitou mudanças, apesar das dificuldades. Principalmente, no período de 1900 e 1910, houve notáveis melhoramentos no comércio. Surgiram as primeiras "vendas", oferecendo os produtos mais necessários adquiridos nos diversos entrepostos da região [...].

Aos poucos, a economia do município floresceria, além da agricultura e da pecuária, os engenhos de farinha de milho, muito consumida e usada para a produção do popular "pão de milho", e a pila para pilar arroz, uma espécie de cocho onde os grãos de arroz eram colocados, e de forma braçal "socados" até serem retiradas as cascas e peles. Como também os alambiques, produtores de cachaças artesanais, gênero muito consumido pelos colonos, que aqui moraram, principalmente aos domingos depois do culto nos poucos bares da cidade.

Figura 10 - Pilão de arroz.

Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

Assim, o comércio prosperou e as novas estradas foram sendo abertas, deixando de serem apenas picadas, que passavam os muares carregados em direção a Laguna, e sim estradas que interligavam os municípios vizinhos, como também as cidades comerciais, responsáveis pelo transporte dos produtos naturais desta terra, fomentando ainda mais a economia riofortunense e a alegria das famílias, que agora sim, estavam começando a se sentirem realizadas.

3.2 QUEM ERAM E COMO VIVIAM OS XOKLENG/LAKLÃNÕ

Quem eram? “Ora, eram feras que infestavam o sertão; que amedrontavam, incomodavam, e flechavam, os laboriosos colonos [...] que ultrapassavam as fronteiras da humanidade, a linha civilizatória, o lado civilizado e o lado animal. ” Na concepção de Martins, (1997 apud CUNHA, 2012). Estes eram os xokleng/laklãnõ um dos empecilhos, mais sangrentos que o colonizador vai aniquilar para chegar às novas terras, riofortunenses.

Muito antes, cerca de 12 mil anos atrás os povos indígenas já habitavam a América, enquanto na Europa nem se passava a ideia de que havia novos continentes a serem descobertos, porém, a presença indígena já era frequente há anos por aqui. Dentre os vários grupos étnicos que aqui existiram no estado catarinense, antes mesmo de se iniciar a colonização no século XVI, destacamos populações indígenas da Etnia Guarani (habitantes do litoral e extremo oeste), Kaingang (habitantes do planalto) e Xokleng/Laklãnõ (habitantes do litoral, encosta e meio-encosta). FARIAS (2005).

Segundo Melatti (1993, p. 25),

> o índio é descendente dos povos e nações pré-colombianas que tem a mesma consciência social de sua condição humana, assim mesmo considerada por eles próprios e por estranhos, em seu sistema de trabalho em sua língua e em sua tradição, mesmo que estas tenham sofrido modificações por contatos estranhos.

Conforme Farias e Rampazzo (2014, p. 25-26), o território Xokleng se distribui por todo o sul do Brasil, de Curitiba/PR até a região de Viamão/ RS, passando por toda a encosta de Santa Catarina. Inicialmente os Xokleng teriam ocupado o planalto, mas, com a chegada dos Kaigang, foram empurrados para a encosta, onde ficaram até o final do século XIX, quando foram praticamente exterminados, pelos colonizadores europeus que iniciaram o processo de ocupação dessas terras a partir de 1840.

Podemos dar enfoque aos habitantes nativos, que permaneceram por séculos nas terras pertencentes à Colônia de Grão-Pará, mais especificamente no município de Rio Fortuna.

Para Santos (1973, p. 30),

> os índios Xokleng também são conhecidos pela denominação Bugre, Botocudos, Aweikoma, Xokrén. O termo Bugre é usado no sul do Brasil para designar indistintamente qualquer índio. Sua aplicação tem conotação pejorativa, pois encerra as noções de “selvagem” e “inimigo”. Botocudo outra designação dos Xokleng, foi termo decorrente da utilização de enfeite labial – tembetás- por parte dos membros adultos do sexo masculino.

Estes grupos de caçador-coletor, nômades, utilizavam a cremação como parte do ritual de sepultamento. Os artefatos que eles produziam eram de madeira, fibras vegetais, taquaras e pedras. É possível identificar cestos com tamanhos e funções diferenciados, cochos de madeira, pilão e mão de pilão em pedra e em madeira, tembetás, arcos e flechas, adornos e manta com fibra de urtiga brava,

dominavam as florestas tropicais da região entre o planalto e a encosta da serra. Demonstra, CLAUDINO e FARIAS (2009).

Os Xoklengs/Laklãnõ coletavam frutas e caçavam pequenos animais para sobreviver, além de serem nômades, o que fazia com que sempre tivesse rotatividade de alimentação, ainda, segundo Farias (2012, p. 106), “[...] fariam o trajeto migratório entre encosta, planalto e litoral e teriam a caça como principal fonte de subsistência. ”

A mobilidade geográfica, causada pelo seu modo de sobrevivência, seja caça ou coleta, passou a exigir dos xokleng/laklãnõ um modo de vida, mais ágil e flexível, não de uma forma aleatória, mais sim ditada pelos ritmos de seus recursos alimentares, que as florestas ofereciam a eles, pois era necessário se espalharem por grandes distâncias, já que caçavam e coletavam, conforme suas necessidades.

Conforme Cunha, (2012, p. 73), agora na condição de caçadores coletores, passaram a viver em comunidades altamente móveis, desfrutando de sistemas culturais baseados na posse coletiva de um amplo território, na distribuição igualitária de recursos e organização política.

Figura 11 - Grupo Xokleng capturados pelos bugreiros.

Fonte: Flirck, memória visual xokleng.

Estes amplos grupos que dependiam de mantimentos da natureza, como caça de animais silvestres e coleta de plantas e frutos, obrigavam-se a dominarem

grandes áreas de terras, para o sustento das aldeias que poderiam atingir de 50 a 300 indivíduos. Estes formavam acampamentos extremamente simples, com habitações em forma de meia água, coberto com ramos e palhas, na qual mediam aproximadamente 20 metros, sendo feita uma fogueira dentro do abrigo, para proteger das baixas temperaturas da região Sul, no qual todos dormiam com os pés virados para a mesma.

A vida dos xokleng/laklãnõ fluía, entre a caça e a coleta feita pelos homens, como também a fabricação de arcos, flechas, lanças e outros artefatos utilizados durante o dia a dia, com muita precisão. Enquanto as mulheres cuidavam das crianças, faziam pequenas tigelas de barro e cestos, limpavam animais e aves, provindos das caças, preparavam a comida, colhiam pinhão, e como principal, teciam mantas de fibra de urtiga, que os protegiam do inverno rigoroso, utilizando ainda colares de dentes de animais. Um diferencial importante destes grupos era a divisão entre sua alimentação, caso algum indígena não obtivesse alimento, o restante que tivera sucesso na obtenção do mesmo era dividido pelo grupo, utilizando da famosa frase “um por todos e todos por um”. FARIAS (2012).

Outra característica típica dos xokleng/laklãnõ, está relacionada a um “botoque”, adereço no qual meninos utilizavam no lábio inferior, com preparação de um ritual de iniciação, onde tratava-se de um “emblema tribal”, no qual era aumentado conforme o crescimento do menino, como relata Koch (2002). Enquanto as meninas eram marcadas com dois cortes próximos a rótula da perna esquerda, como identificação grupal, dizia ainda os botocudos que o procedimento fortalecia a perna para caminhar. Integrando assim, ambos os sexos ao grupo laklãnõ, como eles se reconheciam.

Com relação aos rituais fúnebres, pouco se tem conhecimento sobre, o pouco que se sabe era que as crianças eram enterradas, e a partir da puberdade eram cremados. Juntamente com o índio guerreiro, eram cremadas as suas armas e outros pertences pessoais, as cinzas colocadas em covas e forradas com cascas e folhas de árvores, posteriormente cobertas de terra e sob estas covas eram construídos os ranchos.

O trabalho indígena era visto, pelo europeu, como uma prática improdutiva ou infrutífera, voltada apenas para o consumo próprio e coletivo da tribo, ou seja, uma economia de subsistência.

Clastres (1978, p. 135) comenta que, na verdade, os índios, efetivamente, só dedicavam pouco tempo aquilo que chamamos de trabalho. E apesar disso não morriam de fome. Essa cultura econômica não cabia nos moldes ocidentais do europeu capitalista, que se voltava para a produção em larga escala.

Conforme Ramos (1988 apud CUNHA, 2012, p. 74), “o gosto pela acumulação de bens materiais, não é universal, nem algo dado pela natureza, mas simplesmente um valor cultural característico das sociedades de consumo”.

Enquanto aos xokleng/laklãnõ não existia qualquer incentivo para a produção de excedentes, consequentemente não haveria uma produção de trocas, não existia produção com o intuito de comercializar, diferentemente dos colonos alemães que carregavam consigo ideias capitalistas, que já eram fortes influenciadoras na Europa, por isso a ideia de um indígena “improdutivo e vadio”, na visão dos colonizadores, mas os mesmos não entendiam a função real das terras para os silvícolas, de acordo com Ramos (1988 apud CUNHA, 2012, p. 74).

Como se percebe, pelas ideias expostas, que o índio não tinha perspectiva econômica nem visava bens materiais, estando condicionados a um modo de vida “selvagem”, para os padrões europeus.

Ainda sobre isso, Cunha (2012, p. 74) diz que:

> na realidade, as demandas econômicas de uma sociedade indígena são minúsculas, quando comparadas as de uma sociedade industrial, que, para garantir a sua própria continuidade, necessita criar sempre novas demandas de mercado. O acervo material de uma sociedade indígena, é relativamente limitado, sendo que em alguns casos, uma família pode literalmente, carregar todos os seus pertences às costas quando se desloca de um local para outro. Isso não quer dizer pobreza.

A condição de vida dos Xokleng/Laklãnõ estava condicionada a convivência e ao aproveitamento dos recursos oferecidos pela natureza, baseado em saberes das gerações, que escolhiam determinado local como seu habitat, mas que aos poucos tiveram seu mundo violentado pelo modelo civilizatório do colono europeu. Por isso, para garantir a sobrevivência das gerações, tinham que migrar cada vez mais para o interior das regiões, como forma de garantir sua forma de vida.

Santos (2003, p. 435) explica que haviam particularidades que diferenciavam os Xoklengs/Laklãnõ de outros grupos indígenas, como mostra:

> tinham língua, cultura e território que os diferenciavam dos outros povos indígenas, tais como os guaranis e os Kaingang. Viviam separados em grupos, que quase sempre mantinham disputas entre si. A família, o sexo, o

> nascimento de crianças, a vida em grupo, a parceria nas atividades de caça e coleta, a divisão dos alimentos entre todos, as festas, as disputas e a morte faziam parte do cotidiano. Não tinham uma autodenominação específica. Identificavam-se a si próprios como “nós” e a todos os estranhos como os “outros”.

Estes grupos que também ocuparam o planalto, e fizeram do pinhão sua alimentação base, foram habitantes da floresta, porém, incapazes de explorar os recursos alimentares existentes aos grandes rios, e dominarem as forças d’ água, não obtiveram sucesso na agricultura de subsistência, foram apenas se adaptar as situações de conflitos com os outros grupos indígenas que disputaram os ricos territórios do planalto.

Assim, sobreviveram os Xokleng/Laklãnõ durante séculos, disputando território com os Kaigang, fazendo da caça e da coleta, sua alimentação básica. Mas não esperavam estes que suas vidas iriam mudar em pouco tempo, com as frentes de colonização europeias.

Portanto, Santos (1997, p. 20) conclui que:

> o território tradicional dos Xokleng foi, portanto, objeto de um plano de ocupação sistemático e irreversível. Os governos e as companhias de colonização estavam e acordo, inclusive, quanto à conveniência de se minimizar a presença indígena. Diziam que os índios viviam no distante sertão e que periodicamente faziam incursões às florestas e vales litorâneos. Para os colonos, a existência de índios nas terras que estavam adquirindo era mais do que uma surpresa. Era um fator de risco, de insegurança. O cenário para a ocorrência de acontecimentos trágicos, em particular para os índios estava montada.

Como se vê, o europeu exerceu sobre os indígenas uma dominação violenta, provocando até mesmo uma aniquilação cultural e material de seus grupos.

3.3 CONFLITOS ENTRE XOKLENG/LAKLÃNÕ E BUGREIROS

Segundo Clastres (1978, p. 142), o estado, dizem, é um instrumento que permite à classe dominante exercer sua dominação violenta sobre as dominadas. Para que haja o aparecimento do Estado, é necessário pois, que exista antes uma divisão da sociedade em classes sociais antagônicas. Nesse contexto, DIAMOND (2007, p. 91) contribui afirmando que “boa parte da história humana é constituída de conflitos desiguais entre os que têm e os que não têm [...]”.

Então, a necessidade se de povoar e iniciar um processo rápido de expansão e fomentação da economia, fez com que o Governo Provincial e demais

autoridades, iniciassem um período de grandes descobertas e desgraças ao mesmo tempo. A colonização e povoamento da região Sul fez com que terras já possuidoras de seus donos, os populares bugres, fossem invadidas como se a população que ali estava há muito tempo fossem incapazes de explorar os recursos necessários.

Para os colonos alemães e as autoridades da época, a atribuição aos silvícolas são retratadas por Cunha (2012, p. 86), com profundos ranços etnocêntricos e os registram em seus documentos através de designativos, altamente preconceituosos, tais como: “selvagens, bárbaros, gentios e inimigos”. Sendo a designação “bugre” a mais utilizada pelo colonizador europeu, nessa região.

De acordo com Farias (2005, p. 92), “bugre” tem a provável origem deste proveniente de um grito de espanto (ou alerta) dado pelos índios quando avistavam os brancos. Acaba por ser uma denominação comum a todos os grupos indígenas, possui caráter pejorativo, significando selvagem, inimigo.

Ainda, segundo Mabilde (1983, apud FARIAS, 2005, p. 92), no momento do alarme, quando encontravam os brancos, os indígenas pronunciavam a palavra “pucri”.

Para Santos (1973, p. 59),

> a colonização ao Sul do País tomou caráter de frente pioneiro. Frente baseada na exploração da pequena propriedade agrícola, que de geração em geração deveria seguir adiante, em busca de novas terras. Nesse movimento, a frente tendia a eliminar o indígena dos territórios em que tinha interesse, pois ele era obstáculo a sua expansão.

Entretanto, o governo sabia da presença indígena nas terras sulistas, porém, era muito mais vantajoso ignorar mais um problema, e investir no que era rentável, no caso, a colonização destas regiões, que teriam de tudo para prosperar, em pouco tempo.

Ainda, conforme Santos (1987, p. 56):

> o Governo e as autoridades provinciais sabiam da existência dos silvícolas no sertão. Sabiam que vez ou outra os indígenas demonstravam sua força e astucia, trucidando uma tropa, algum viajante ou algum morador da orla da floresta. Mas não se preocupavam. Raciocinava que o índio se afastara pacificamente na medida em que os brancos estabelecessem vilas, casas e roças no sertão.

Vendo que não seria possível conviver de “forma harmoniosa” com os indígenas, o Governo Provincial buscou táticas para combater os ataques indígenas que assolavam a região Sul do Brasil, impulsionados pelos colonos proprietários de

terras, que pressionavam cada vez mais para se resolver o “problema” dos índios, segundo os colonizadores alemães. Fez-se assim, necessário a criação de Companhias de Pedestres, grupos de caçadores que tinham o objetivo de afugentar os grupos de indígenas para tentar amenizar, ou até mesmo acabar com estes ataques.

Conforme Silva (1967 apud SANTOS, 1987, p. 66), a Lei nº 28, de 25 de abril de 1836, garantia:

> Ficam criadas seções de pedestres que terão por objetivo:
> 1º - Guarnecer presídios ou guardas que se houverem de estabelecer em diferentes pontos da província; 2º - explorar e correr os matos, nos oito meses que decorrerem de setembro a abril, inclusivamente; 3º - fazer picadas de comunicação; os acampamentos e quaisquer obras precisas para o desempenho de suas obrigações; 4º- proteger, auxiliar e defender os moradores de qualquer assalto do gentio, malfeitores e fugitivos, perseguindo-os até seus alojamentos, quilombos ou arranchamentos, fazendo todo o possível por apreendê-los e, no caso extremo de resistência, destruí-los.

Esta lei teria como fundamentação, proteger as colônias das invasões indígenas e evitar a evasão dos colonos por causa destes ataques, fica notório que a lei era alicerçada a interesses econômicos.

A expectativa criada por parte do Governo e dos colonos, para com estes grupos indígenas em Santa Catarina, não se concluiu. Cerca de 70 participantes, estavam integrando esta Companhia de Pedestres, que trabalhava com equipamentos inadequados, sem preparo, e sem qualidade em poderio bélico, caso houvesse uma possível investida ou confronto entre colonos alemães e nativos. O medo e desconfiança por parte de um possível ataque, e de pouco preparo por parte da Companhia assolava a mente, preocupando muito, os colonos da região.

Santos (1987, p. 66) demonstra que o estado da tropa e do armamento não era nada confiável, para um possível revide dos “bugres” conhecidos, chamados pelos alemães da região, esclarece que os pedestres, quando batiam os matos, não encontravam os índios. Quando usavam seu armamento, ele se apresentava em estado precário. Estavam pouco equipados, mal habilitados militarmente, para a função e com eles ou sem eles, os bugres realizavam suas invasões e saques às terras dos colonos.

Durante pouco tempo, a Companhia de Pedestres conseguiu manter seu objetivo, adentrar as matas e afugentar os indígenas, sem lhes causar mal algum,

gerando assim, segurança as colônias recém-formadas. O Governo Provincial notou que não seria mais necessário manter este grupo, pois, os índios não fugiriam para lugares distantes apenas por avistar brancos, sendo que na verdade, os indígenas não teriam mais para onde fugir, estavam cercados, no qual seu território extenso fora tomado por outros grupos tribais como os Kaigang e principalmente pelas colônias de povoamento e colonização oriundas da Europa, durante o século XIX, período de grandes fluxos emigratórios.

Segundo motivos alegados pelo Governo Provincial, a Companhia de Pedestres foi extinta, em 1879, pelo aviso Ministerial de 23 de agosto, por não ser mais eficaz e o Governo não possuir recursos para arcar economicamente e manter o projeto. Assim, com mais um plano frustrado para expulsar os indígenas dos territórios destinados aos imigrantes, novamente o Governo decide criar os populares "batedores do mato", estes sim tinham a liberdade para afugentar, e fazer o que fosse necessário para a pacificação mantendo os silvícolas afastados da presença e progresso do homem branco, em seus respectivos territórios, no qual foram estabelecidos. DALL' ALBA (1973).

O Governo Provincial e os colonos iam resolvendo a questão da presença indígena com seus próprios recursos, como o uso de armas de fogo, as populares "winchester". Porém, com o avanço da colonização, os embates se acirraram ainda mais. Então, chegaram os bugreiros ou "limpadores do mato", que, segundo estes, muito solicitados, acabaram por se especializar e ter este trabalho como uma profissão, na qual cada cidade ou região possuía alguém responsável pela matança indígena, levavam realmente como uma expedição de guerra, para romper o equilíbrio natural, contratados pelo Governo Provincial, como também pelos colonos, para resolver de uma vez este problema. (DALL'ALBA, 2008). Criava se assim a ideia de um herói para a população riofortunense.

Sobre o assunto, Dall'Alba (2008, p. 160) ainda relata:

> Culpados? Certamente culpado foi o Governo que colocou os imigrantes nos territórios vitais dos indígenas. Os bugreiros, que nós condenamos hoje, possivelmente não têm tanta culpa e tenham até méritos no que fizeram para defender as famílias dos colonos. Poderão ser condenados nos exageros, pela matança de inocentes. Mas lembrar que eles se sentiam desprotegidos pela Lei que a única maneira de defender-se era tentar erradicar pela raiz o perigo tão grande para seus bens e suas famílias. Eles mataram. Foram cruéis, sanguinários, injustos. Provocaram hecatombes, holocaustos, genocídio. Nós que estamos seguros, que não vivemos os temores apavorantes de perder nossos bens, nossas famílias, nós condenamos simplesmente.

Dall' Alba coloca nesta citação como grande culpado de todos estes conflitos, o Governo que colocou os imigrantes nestas regiões, sabendo que os grupos indígenas viviam ali, há muito tempo. É notório que nestes casos as histórias precisam ser analisadas perante ao contexto histórico da época, sem construir um anacronismo. Mas certamente o governo tinham conhecimento sobre a situação, e como a instituição provém, de membros ligados a elite econômica, querendo assim manter seus direitos e sua classe social, como provavelmente seria a classe alta e de cor branca, buscou descriminar estes grupos indígenas e colocou o imigrante europeu como o mediador deste processo.

Para Ribeiro (1970 apud SANTOS, 1987, p. 83):

> Infinitas precauções tomam, pois é preciso surpreender os índios nos seus ranchos quando entregues ao sono. Não levam cães. Seguem a picada dos índios, descobrem os ranchos e, sem conversarem, se fumarem, aguardam a hora propícia. É quando o dia está para nascer que dão o assalto. O primeiro cuidado é cortar as cordas dos arcos. Depois pratica o morticínio. Compreende-se que os índios acordados a tiro e a facão nem procuram defender-se e toda heroicidade dos assaltantes consiste em cortar carne inerme de homens acobardados pela surpresa. Depois das batidas dividem-se os despojos que são vendidos a quem mais der, entre eles os troféus de combate e as crianças apresadas.

Como pensava-se que o processo de pacificação não seria mais possível, as armas de fogo e os instrumentos vindos da Europa tornaram-se a solução do "problema indígena", já que os xokleng/laklãnõ não se apropriavam de armas de fogo, porém, visavam o ferro trazido pelo colono.

Sobre isso, Santos (1987, p. 76) diz que: "os bugreiros começavam a se responsabilizar pelas tarefas de "colocar o índio em lugar seguro".

Conforme Koch (2002, p. 101), os colonos passaram por três fases de comportamento: a de perplexidade, a de reação improvisada e a de reação organizada, e até com bugreiros. E foi através destes problemas que os conflitos iniciaram na região de Rio Fortuna. Já que os indígenas coletavam para si os alimentos disponíveis nas roças dos colonos, como coletavam da natureza, desconhecendo a ideia de propriedade privada. Nesse contexto, a princípio, o convívio foi amistoso, porém, com o fortalecimento e avanço da colonização, os confrontos se tornaram inevitáveis.

Nesse aspecto, Santos (1973, p. 64) apresenta:

> não se pode pensar, também, que os indígenas se aproximaram do branco e de sua propriedade sempre com o intuito de observar, de ver o que fazia novo habitante, pacificamente. Na realidade os Xokleng eram homens e, como tais, sujeitos a emoções e atitudes imediatistas, desconectadas de qualquer objetivo futuro. Não havia assim guerra ao branco e sim revide a ataques ou simplesmente agressão, motivadas, às vezes, pelo encontro de índios e brancos em territórios que ambos tinham interesse. E para um povo que vivia já em estado de guerra, a presença dos brancos na floresta com suas armas barulhentas, não poderia significar paz.

A partir dos primeiros furtos, que os conflitos começam a se acirrar dentro do município, não era mais possível viver em equilíbrio entre duas culturas tão distintas. Dessa forma, não se buscava pela proximidade e o entendimento de hábitos tão divergentes, mas pelo abafamento da cultura indígena, por conta de um etnocentrismo europeu.

O “roubo” de suas terras, pela força, e objetos que eles não continham, alegou aos colonos, um ato de arrogância e hostilidade de suas práticas a consequência foi uma reação dos bens da civilização que pertenciam, a eles, já que a conversa e a diplomacia não foram estimuladas, para os alemães a única maneira para os índios era o “furto” dos objetos e alimento.

Sahlins (1974 apud CUNHA, 2012, p. 74) denomina este fato como sendo de “reciprocidade negativa”, modo de troca praticado principalmente com estrangeiros ou inimigos. Até mesmo por que os índios perceberam que suas tecnologias eram inferiores à do “civilizado”, e que por isso mesmo esta inferioridade os tornaria submissos a eles, diante dos seus instrumentos, que eram de pedra e/ou madeira. Por isso, os roubos e/ou furtos não podem ser considerados como os conceitos que utilizamos atualmente, como um ato de tomar algo de alguém, de se apropriar de algo, mas sim uma questão de atitude e imposição dos verdadeiros donos destas terras. Não deixa de ser uma forma de “resistência” dos nativos ao modelo industrializado ocidental que os colonos queriam impor naquela época.

Nesse sentido, Bloemer (2008, p. 36) relata que:

> os índios já viviam ali e talvez fosse o último refúgio, uma vez que toda a região da encosta da Serra estava sendo ocupada por colonos em sua maioria alemães, italiano e descendentes da primeira geração vindos da Europa, traziam consigo forte influência do pensamento eurocentrista que via o indígena como um selvagem.

Wachowicz, (p. 476-483 apud KOCH, 2002, p. 113) conclui que “o índio botocudo, senhor de ermas e pujantes florestas, viu-se assaltado pelos vorazes

colonos, os quais a toda força arrancavam-lhes a soberania. Ambas as partes batiam-se pelo seu pão, pela existência, pagando por isto um elevado preço". O autor demonstra o quão sério fora estes ataques e como os nativos acabaram sendo aniquilados de forma brutal e pondo estes grupos indígenas ao extermínio.

Apesar de não terem relações econômicas parecidas com as dos europeus muito menos conhecerem moedas e agregarem valores monetários a elas, era esplêndido a sabedoria dos nativos perante a natureza, seu habitat. Sua capacidade de sobrevivência nas matas, suas táticas de soltarem e agarrarem arbustos para enganar as pessoas que ali andavam, sua rapidez e retirada para dentro das matas impressionava, tudo isso, com apenas um objetivo, não serem descobertos ou perseguidos. Os botocudos caminham da mesma maneira, e nas suas correrias seguem o mesmo sistema, isto é, pisando toda a turma de selvagens no rastro do primeiro, relata Cunha (2012, p.139).

Suas artimanhas serviam como uma forma de espantar as frentes de colonização que chegavam ao estado, no qual tomariam suas terras, suas matas, e os animais que ali habitavam, que segundo suas crenças, o que era da natureza lhes pertenciam. Porém, nenhuma crença indígena mudou a ideia dos colonos em barrar as frentes colonizadoras, nada adiantou, pois, as invasões se tornaram cada vez mais intensas, conforme Cunha (2012).

Cunha (2012, p. 130) ainda afirma que os Xokleng/Laklãnõ não atacaram os recém-chegados. Mas certamente se dedicaram a tarefa de observar, e estudar detalhadamente seus mais variados grupos de inimigos, a estratégia era necessária, pois, os colonos alemães eram diferentes de seus antigos opositores, restava saber se eram menos ou mais agressivos do que os outros civilizados, o porte de espingardas significava que não eram pacíficos.

Até este momento, mesmo que não tenham se confrontado com os colonos nos primeiros anos, é impossível ignorar sua presença na região, muito antes até, da chegada das companhias de colonização.

Ainda, com relação aos bugreiros, Souza (2005, p. 17) traz relatos de outros autores que retratam positivamente a morte do indígena, como é o caso de Ribeiro (1986), para quem "o índio era considerado fora da lei, seu assassinato era não somente impune, mas estimulado e reverenciado como obra meritória".

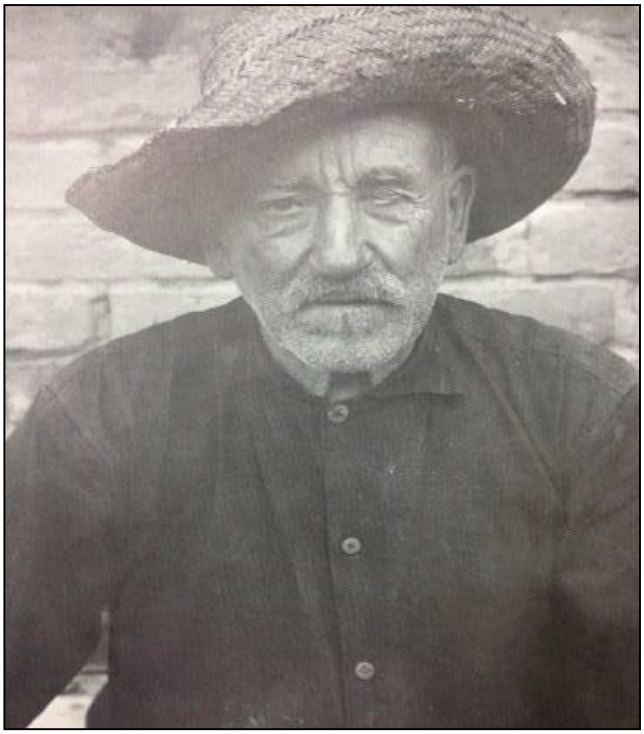
Para Ireno (apud KOCH, 2002, p. 107), "os índios são gente como nós. Só que são contra nós". Era necessário matá-los "se não acabavam com os colonos".

Os bugreiros ganhavam dinheiro ou terras para combater os nativos, formando, assim, uma cultura de extermínio ao indígena da região. Por outro lado, conforme Santos (1973, p. 60), “no início do século XIX, 1808, aparece uma das primeiras notícias concretas. D. João VI, por Carta Régia, determinava que se fizesse guerra aos índios que realizam incursões cercanias de Lages. ”

Os grupos formados por oito ou mais homens adentravam nos matos em busca de vestígios dos índios Xoklengs/Laklãnõ, até poucos anos geralmente conhecedores dos matos da região, sob a regência de um líder, no qual tinha poder absoluto de decisão sobre o grupo que andava sempre bem armado e preparado. Atendendo vários setores, desde colonos, mercadores, viajantes, tropeiros e agrimensores, todos sob a tutela destes grupos que fizeram um grande extermínio no século XIX, nas terras sulistas de Santa Catarina, com o objetivo de “silenciar as fontes indígenas”, sem que suas crenças e costumes fossem repassadas as suas gerações.

Seus objetivos sempre eram acabar com todos os índios de uma caçada, para que no futuro não houvesse revide por parte indígena. Muitos matavam por dinheiro, para sustento das famílias, e como forma de receber o pagamento eram obrigados a trazerem pares de orelhas indígenas. Dall’ Alba (1973 p.356) ainda reforça que: “o Zé e o Ireno matavam bugre por gosto, dizem. Aquilo se tornou para eles um vício. ”

Figura 12 – Bugreiro, Ireno Pinheiro, responsável por muitas mortes de indígenas na região.



Fonte: Santos (1997, p. 52)

Os ataques e emboscadas utilizadas pelos alemães, não davam qualquer alternativa de resistência por parte dos “não civilizados”, os colonos observavam e utilizavam as táticas de guerra trazidas da Europa. Segundo Cunha (2012, p. 164), o monopólio sobre o conhecimento da selva, que era um grande trunfo indígena, aos poucos foi se quebrando com o surgimento de novos conhecedores das matas. Adquirindo hábitos indígenas, apagando seus rastros, analisando o período de mudanças para áreas onde existiam os pinheirais, empregando métodos de guerrilha, utilizados pelos próprios indígenas, sempre garantindo êxito.

Os Xoklengs/Laklãnõ sempre foram considerados pelos colonizadores como grupos agressivos, e quase impossíveis de estarem sob submissão, pois possuíam uma língua emaranhada, e não conduziam tradições de trabalhos agrícolas, vivendo em grupos dispersos.

Desta forma, Santos (1977, p. 87) diz que “nos primeiros anos de colonização, os atritos entre índios e brancos tiveram como razão imediata o medo e o desconhecimento que uma população tinha sobre a outra. O estranhamento é o primeiro sentimento que se manifesta no comportamento entre culturas diferentes”.

Silva (apud DALMAGRO, 1965, p.51) também conta que “os índios não eram tão perigosos e violentos como alguns procuram fazer crer”.

Figura 13 - Os bugreiros e suas vítimas.

Fonte: Santos (1997, p. 42)

Os colonos e seus pensamentos eurocêntricos de que os silvícolas não teriam capacidade de explorar estas terras de grande fertilidade, por serem “indolentes”, “preguiçosos” e “arredios”, os europeus fariam o que for preciso para eliminar de vez este “estorvo” para o progresso das comunidades.

Melatti, (1993, p. 47) coloca uma questão muito interessante sob essa visão do colonizador como um índio “indolente e preguiçoso”, segundo suas palavras.

> Mas como se pode acusar os indígenas de ociosidade se dedicam grande parte de seu tempo às tarefas destinadas a garantir seu alimento? Além de caçar, pescar, coletar, plantar, criar animais, os índios têm também de fabricar os instrumentos que servem para produzir, transportar, guardar, ou conservar os alimentos: armas, armadilhas, canoas, cestas, potes etc. Graças ao seu próprio trabalho que os indígenas têm sobrevivido até hoje.

Eram poucos aqueles que pensavam realmente em entrar em contato com os nativos, e buscar saber realmente quem eram eles. Nas palavras de Cunha (2012, p. 86), do lado civilizado, reinava a incompreensão e os adjetivos, genéricos, apagavam o sujeito indígena como pertencente a uma cultura específica. Deste jogo de atitudes, surgia a invisibilidade de um grupo social.

Ainda, segundo Ramos (1983, p. 16 apud MULLER, et al 2010, p.136), “nas sociedades indígenas, a terra e seus recursos naturais pertenciam às comunidades que delas sobreviviam, não favorecendo, dessa maneira, uma escassez socialmente provocada. Se houvesse escassez natural, ela era partilhada por todo grupo. ”

Mas os colonos alemães não entendiam que a terra era um meio de sobrevivência para os silvícolas, como diz Cunha (2012, p. 144):

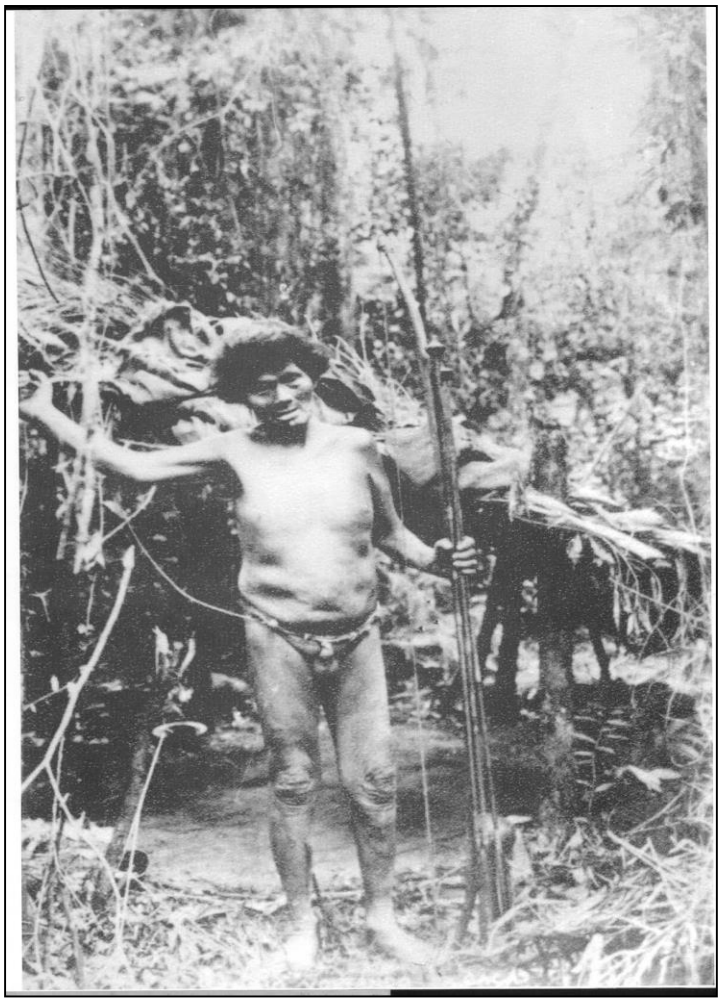
> para as sociedades indígenas a terra é muito mais do que um meio de subsistência. Ela representa o suporte da vida social e está diretamente ligada ao sistema de crenças e conhecimento, não é apenas um recurso natural, mas – é tão importante quanto este – um recurso sociocultural.

Portanto, a angústia da redução de seu espaço de sobrevivência, abastecer o grupo com seus recursos se escasseando não seria mais tão fácil, a fome começara a surgir, a necessidade de manter uma vida herdada pelos antepassados de caça e coleta estava se esgotando, não era mais tão fácil conseguir sobreviver assim, com suas terras sendo invadidas. Não podendo mais viver e festejar suas crenças e tradições culturais. Por isso, os ataques se tornaram frequentes, estes ataques, que foram protagonizados pelos xoklengs/laklãnõ, formam as primeiras contestações, porém, também teriam como um dos motivos à aquisição de materiais dos alemães, que lhes encantavam muito, principalmente os derivados de ferro.

Sobre os primeiros conflitos entre colonos e xokleng/laklãnõ, Dall’ Alba (1973, p.292) relata:

> era mais ou menos 1890, em São Mauricio onde atualmente mora o Sr.Huberto Lückmann, morava Antonio Warmling. Os índios invadiram sua propriedade, e este fugiu com sua família e salvou-se. Os índios, no entanto, mataram toda a criação e apoderaram-se de tudo que existia ali.
> No mesmo ano, onde atualmente mora o Sr. Germano Rohling, morava o Sr. Germano Jasper. Aquela morada também foi invadida pelos índios. O proprietário, fugindo com sua família, recordou-se que havia fica do dormindo uma criança no berço, voltou apressadamente para salvá-la. Ao voltar com a criança, foi atingido por uma flecha no crânio, mas não morreu;Lá também mataram todos os animais sem aproveitá-los e tiraram todos os bens.
> As companhias de colonização e os próprios colonos passaram a exigir garantias de vida e propriedade ao governo. Como uma solução à situação controversa não foi encontrada, iniciou-se a utilização dos bugreiros para liquidar os indígenas.

Figura 14 – Primeiros contatos com o colonizador.



Fonte: Santos (1997, p. 33).

É notório que os nativos estavam cada vez mais sem opções de absolutamente nada, nem terras, nem alimentos, nem poder. Suas posses se esgotaram em pouco tempo, sendo necessário recuar ainda mais para as encostas da serra, se restringindo a suas terras, e por vezes se submetendo ao roubo, ou morte, para buscar o que lhe foi tirado, ou apenas para saciar as necessidades básicas da aldeia. Portanto, sabemos que a consequência destes equívocos e erros, feitos por ambos os grupos, causou o que sempre aconteceu durante a história brasileira, à desestruturação e até mesmo a destruição dos grupos indígenas, perante a luta, que neste caso foram os grupos Xokleng/Laklãnõ.

Assim, se projetou o emblemático ofício do bugreiro, venerado e idolatrado por muitos, mas odiado por outros no decorrer da história. Na época, tidos como heróis, eles chegavam a ser convidados para contar suas aventuras “heroicas” em

reuniões, cultos aos domingos ou bares, onde revelavam a forma como matavam e chegavam aos acampamentos dos indígenas. Como relata o neto de Martinho Bugreiro, Ademir (apud KOCH 2002, p. 151), “ele não era bandido - garante porque não matava civilizados [...]. Apenas cumpria a missão de livrar os colonos do perigo indígena”.

Muitos narravam essas histórias de modo epopeico, com suas façanhas, dificuldades enfrentadas na floresta, com a presença de cobras e onças, e não sendo raras às vezes que multiplicavam o número de indígenas, para justamente colocar uma pitada de heroísmo por parte do aventureiros, os bugreiros. Essa era uma forma de causar boa impressão entre os demais membros da comunidade de colonos, ou mesmo para demonstrar valentia sobre-humana diante dos desafios enfrentados, muito alheios as particularidades das culturas dos nativos.

4 EMBATE ENTRE COLONOS E XOKLENG/LAKLÃNÕ NA REGIÃO DE RIO FORTUNA NA ÓTICA DOS ESTUDANTES DO NONO ANO DA E.E.B. NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

Antes de se fazer uma análise sobre o embate na colonização no município de Rio Fortuna, SC, na ótica dos estudantes do oitavo ano do ensino fundamental, reporta-se que a rede de ensino de educação básica do referido município é formada por duas unidades escolares, sendo que uma pertence a rede municipal. A Escola Municipal Professor José Boeing, que atende desde o primário até o quinto ano do ensino fundamental. E a outra, a E.E.B Nossa Senhora de Fátima, da rede estadual, atende do sexto ano do ensino fundamental ao terceiro ano do ensino médio, sendo que ambas se localizam na zona urbana da cidade de Rio Fortuna.

Dando enfoque à escola estadual, E.E.B Nossa Senhora de Fátima, na qual foram feitas a coleta de dados, a instituição atende no período matutino, vespertino e noturno, perfazendo a formação dos jovens riofortunenses do ensino fundamental e médio. Os estudantes do período matutino são alunos que provém de comunidades localizadas nas áreas rurais do município, em geral, são filhos de pais agricultores e/ou pecuaristas e empreendedores no ramo da indústria alimentícia, com destaque para os laticínios. Enquanto o período vespertino é formado por estudantes que se localizam mais ao centro do município, oriundos de pais que trabalham no comércio e indústrias, principalmente moveleiras e lácteas. E o noturno atende alunos apenas do ensino médio, também de maioria residente no centro da cidade. Por serem estudantes de escola pública e pertencentes a famílias de ascendência de colonos, a condição social atual oscila entre classe média baixa e alta.

Figura 15 - Entrada da E.E.B. Nossa Senhora de Fátima.

Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

Figura 16 - Interior da E.E.B. Nossa Senhora de Fátima.

Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

Esclarece-se aqui também que a educação básica é o primeiro nível do ensino escolar no Brasil, que compreende três etapas: a educação infantil (creche e pré-escola para crianças com até cinco anos), o ensino fundamental (1º ao 9º ano para alunos de seis a 14 anos) e o ensino médio (1ª a 3ª série para alunos de 15 a 17 anos).

Sobre o tema abordado no trabalho, o questionário (modelo apresentado a seguir) foi respondido por estudantes do 9º ano da referida escola, estes fora escolhidos por passarem pelo processo de aprendizagem no ensino fundamental,

assim poderiam discorrer melhor sobre o tema proposto na pesquisa, tanto do matutino com 29 (vinte e nove) alunos, como do vespertino, com 17 (dezessete), totalizando 46 (quarenta e seis) estudantes, sendo 20 (vinte) do sexo masculino e 26 (vinte e seis) do sexo feminino, o quadro de pesquisa, contém 7 (sete) perguntas objetivas e 3 (três) descritivas, que abordam desde os conflitos territoriais da colonização e embates com grupos indígenas, até questionamentos sobre o papel atual do índio na sociedade nacional.

1) No quadro abaixo, assinale com um X uma das respostas para cada pergunta que se apresenta na coluna à esquerda.

RESPOSTAS / **PERGUNTAS**	Sim, o assunto já foi abordado em sala de aula.	Não, o assunto nunca foi abordado em sala de aula.	Talvez o assunto já foi abordado em sala de aula, mas eu não me lembro mais disso.
1) Lembra de alguma história sobre os conflitos entre colonos e índios (xokleng) na região?			
2) Esses conflitos são assuntos que se conversam em casa? Os pais ou avós falavam ou ainda falam sobre isso?			
3) Você já pesquisou algo em relação a estes conflitos, que ocorreram no município?			
4) Este tema já foi abordado por seu professor de História em sala de aula?			
5) A questão indígena ainda é abordada por seus professores, principalmente de História?			
6) A história do município foi abordada durante sua vida escolar?			

7) Você acha importante estudar a história do seu município em sala de aula?			

2) Responda de acordo com sua opinião.
2.1) O que você sabe sobre a colonização alemã em nossa região? Comente algumas palavras sobre o assunto.
2.2) Você já ouviu falar ou já estudou sobre os conflitos que envolveram índios e colonos na época da colonização de Rio Fortuna? Se sim, o que lembra sobre isso? Fale em poucas palavras.
2.3) Como você vê hoje a situação do índio em nossa sociedade? Ele é respeitado em seus direitos e costumes como um cidadão brasileiro? Fale em poucas palavras sobre isso.

A análise desenvolvida, que se apresenta a seguir, está alinhada ao conteúdo das questões respondidas pelos estudantes do 9º ano da E.E.B. Nossa Senhora de Fátima. Para isso, a acadêmica deslocou-se a referida unidade escolar e contatou a equipe diretiva da mesma e depois, mediado pelos professores de História da turma, aplicou o questionário juntos aos estudantes, tendo o cuidado de, primeiramente, sensibilizá-los para a importância do assunto em questão no campo da história do município.

Levando em questão o grupo de estudantes do 9º ano da E.E.B. Nossa Senhora de Fátima, que são os agentes desta pesquisa, é possível analisar que 12 (doze) meninas e 13 (treze) meninos residem na área rural. Já 7 (sete) meninos e 14 (quatoze) meninas moram no centro da cidade. Quanto aos seus ascendentes, 22 (meninas) são de raízes germânicas em um total de 26 (vinte e seis), os outros, são negros, poloneses, e italianos, enquanto os meninos somam 16 (dezesseis), de laços alemães, em um total de 20 (vinte), o restante soma negros e italianos. O número de seguidores da religião católica, entre as meninas, são de 21 (vinte e um) e os meninos 17 (dezessete), enquanto as demais religiões abrangem luteranos e evangélicos. O número de meninas naturais de Rio Fortuna é de 24 (vinte e quatro), enquanto os meninos somam 18 (dezoito), em um respctivo total de 26 (vinte e seis) e 20 (vinte).

Com base nos dados socioculturais apresentados, podemos considerar as ligações que os estudantes tem com as informações obtidas no questionário e assim permitir uma visão mais objetiva das consequências e resultados das respostas para a análise da temática em questão neste trabalho.

4.1 SOBRE AS QUESTÕES ANALISADAS

Quadro A – Questão 1- Lembra de alguma história sobre os conflitos entre colonos e índios (xokleng) na região?

Estudante / **Respostas**	**Masculino**	**Feminino**
Sim	3	10
Não	11	11
Talvez	6	5
TOTAL	20	26

Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

Em relação a primeira pergunta, analisamos que o número de estudantes que não lembram de alguma passagem sobre os conflitos que envolveram os índios (xokleng) e os colonos é muito alto. Foram 11 (onze) para cada sexo e o número de que talvez lembrem de algo, nos remete a uma certa porcentagem de 6 (seis) meninos e 5 (meninas); dentre o total de 46 (quarenta e seis), apenas 3 (três) meninos e 10 (dez) meninas, lembram de alguma parte dessa passagem na história. Então, no que diz respeito a esse assunto, podemos dizer que em sala de aula provavelmente não houve o devido enfoque necessário. A temática disso transcorra por conta da condução unilateral do conteúdo do livro didático de História, que não oferece espaço aos enfoques regionais ou locais, cabendo assim ao professor, valorizar a memória dos sujeitos históricos mitificados como construtores da história nacional, uma vez que o ensino da história local permite vozes daqueles autores marginalizados pela história oficial.

Quadro B – Questão 2 - Esses conflitos são assuntos que se conversam em casa? Os pais ou avós falavam ou ainda falam sobre isso?

Estudante / **Respostas**	**Masculino**	**Feminino**
Sim	3	8
Não	12	15
Talvez	5	3
TOTAL	20	26

Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

A segunda pergunta, busca saber se este assunto ligado aos conflitos territoriais, ainda é conversando em suas residências ou famílias. Nesse caso, também é analisado que 12 (doze) e 15 (quinze), sendo o primeiro masculino e o segundo feminino, não falam sobre o assunto; 5 (cinco) meninos e 3 (três) meninas, relatem que talvez já foi abordado, mas não lembram ao certo dos detalhes, e 3 (três) meninos confirmam que já foi discutido em suas residências esse assunto, enquanto o número de meninas é mais do que o dobro, 8 (oito), confirmando positivamente que há conversas nas suas famílias sobre os referidos conflitos. Isto, em parte, decorre de o fato das famílias serem de ascendência germânica, ressaltada na figura paterna ou materna, que traz na sua cultura familiar, lembranças de um passado contado e mantido pelos antepassados, sendo inclusive, em alguns casos, relatadas na forma de estereótipos sobre a cultura indígena.

Quadro C – Questão 3 - Você já pesquisou algo em relação a estes conflitos, que ocorreram no município?

Estudante / Respostas	Masculino	Feminino
Sim	2	2
Não	15	23
Talvez	3	1
TOTAL	20	26

Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

A terceira pergunta remete os estudantes a pensar se eles já pesquisaram algo sobre os embates. Novamente, o número da alternativa “não” é maior, pois são 15 (quinze) meninos e 23 (vinte e três) meninas, enquanto 3 (três) meninos e 1 (uma) menina, não lembram de terem feito alguma busca sobre este assunto; apenas 2 (duas) meninas e 2 (dois) meninas afirmaram a ideia de ter recorrido a uma pesquisa sobre o assunto. Também é possível analisar que a falta de interesse dos estudantes em aprender ou até mesmo entender histórias locais não é uma constante nas aulas de História, o que decorre talvez de uma falta de incentivo escolar ou familiar. É notório que o costume de se contar histórias locais para as demais gerações está se perdendo no tempo. Isto sem deixar de mencionar que os livros didáticos de História privilegiam assuntos ligados muito mais a História Geral, vinculada ao âmbito do vestibular, por exemplo. Muito se deve também, ao fato de a maioria dos estudantes, serem de grupos germânicos, e que pensam os povos indígenas, como um “problema”, perante o desenvolvimento do município, por isso, a falta de interesse e reconhecimento da história regional. Na historiografia dos municípios, principalmente nas de origem alemã e italiana, é visível o não reconhecimento da participação do indígena no processo de colonização, colocando-o como uma cultura inexpressiva no contexto.

Quadro D – Questão 4 - Este tema já foi abordado por seu professor de História em sala de aula?

Estudante / **Respostas**	**Masculino**	**Feminino**
Sim	4	14
Não	7	6
Talvez	9	6
TOTAL	20	26

Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

Em relação a quarta pergunta que solicita se o assunto de embates territoriais já foi abordado em sala de aula pelo professor de História, os resultados ficaram distribuídas entre as três alternativas (sim, não, talvez), pois 4 (quatro) meninos afirmam que “sim”, enquanto o número respondidos pelas meninas foi mais que o triplo, 14 (quatorze) afirmações; por outro lado, 7 (sete) meninos e 6 (seis) responderam que nunca foi abordado em sala de aula, enquanto 9 (nove) meninos e 6 (seis) meninas não lembram sobre o assunto ter sido trabalhado em seu ambiente escolar.

Isso se deve em parte a perspectiva de que os livros didáticos, “ditam” o ritmo da abordagem escolar, e os professores, tentam ao máximo dar conta do mesmo, consequentemente tendo pouco espaço de sobra para enfocar as histórias locais, que veem perdendo vez e voz dentro dos municípios e comunidades. Além disso, o desinteresse e a falta de perspectivas dos estudantes em relação às histórias locais, talvez não possibilite ao professor o enfoque necessário para buscar e atender uma possível discussão sobre os assuntos regionais. O que nos leva a pensar que a temática não foi abordada de forma que ficasse marcado na memória dos estudantes, principalmente por que não se consolidou o entendimento sobre o contexto de ocupação da região.

Quadro E – Questão 5 - A questão indígena ainda é abordada por seus professores, principalmente de História?

Estudante / Respostas	Masculino	Feminino
Sim	11	11
Não	8	4
Talvez	1	11
TOTAL	20	26

Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

Na quinta pergunta, sobre a análise no qual o tema indígena ainda é abordado em sala de aula, 11 (onze) meninos e 11 (onze) meninas afirmam que sim, ainda é comentado em sala de aula, já, 7 (sete) meninos e 6 (seis) meninas dizem que não é abordado, e 9 (nove) meninos e 6 (seis) meninas, relatam que talvez já foi questionado, mas não remetem em suas lembranças.

Estas informações nos revelam aspectos de um mundo europeizado, que muito pouco aborda os “donos” destas terras, tratando-os apenas como meros personagens, sem a devida atenção que deveriam receber, por sua cultura, costumes, crenças e valores, deixados à sociedade dita “civilizada”. Nesse sentido, há educadores ainda trabalham esta temática, abordando apenas os fatos ocorridos, em uma perspectiva macro, não contribuindo que os educandos se aprofundem nos detalhes do “universo” indígena.

É preciso se debruçar sobre o passado local e se desprender das dimensões generalizantes dos livros didáticos. A cultura indígena de modo geral é pouco abordada em sala de aula, na maioria das vezes o professor não coloca os povos indígenas como participe de populações distintas entre si, seja, fisicamente, linguisticamente, ou de seus costumes e tradições, o que acaba estancando o nosso olhar sobre a diversidade cultural indígena.

Portanto, podemos perceber que a cultura indígena, principalmente na região sul, normalmente não faz parte do conteúdo curricular das escolas, até porque a nossa sociedade enxerga o indígena como pertencente a uma mesma tribo ou representam um mesmo povo, desconsiderando suas particularidades. Ao contrário, no estudo da cultura europeia, a fisionomia, por mais parecida que seja, é vista

separadamente e estudada conforme suas origens, alemães, italianos, portugueses entre outros. Isso é mais uma conta de como a sociedade reproduz condições eurocêntricas.

Quadro F – Questão 6 - A história do município foi abordada durante sua vida escolar?

Estudante / **Respostas**	**Masculino**	**Feminino**
Sim	10	18
Não	4	5
Talvez	6	7
TOTAL	20	26

Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

Trazendo na sexta pergunta, se a história do município em algum momento foi abordada durante sua vida escolar, as respostas positivas disparam perante as demais. São 10 (dez) meninos e 18 (dezoito) meninas que afirmam a abordagem, ou comentários sobre a formação do município; 4 (quatro) e 5 (cinco) respectivamente meninos e meninas, reconhecem que nunca foi abordado este assunto; enquanto a indecisão ficou situado entre 6 (seis) meninos e 7 (sete) meninas.

Analisando as respostas percebe-se que o assunto de embates territoriais, já foi abordado e possivelmente tocado em algum momento na sala de aula, mas de forma breve, pelo número de indecisões. O que nos coloca novamente diante a forma como foi transmitida a história local no meio escolar. Possivelmente, os professores ligados muito mais ao conteúdo dos livros didáticos, que em sua maioria das vezes abordam a figura do indígena como meramente ilustrativa ou apenas como um conteúdo auxiliar ao tema principal a ser estudado. Assim como a historiografia geral, os vestibulares e ao ENEM, os mesmos não aprofundaram o assunto como deveria ser de forma que ficasse marcado na memória dos estudantes. Isso sem deixar de mencionar as condições de trabalho em que se encontram os professores hoje, o que reflete na falta de motivação para estudar mais profundamente a história local.

Quadro G – Questão 7 - Você acha importante estudar a história do seu município em sala de aula?

Estudante / Respostas	Masculino	Feminino
Sim	16	23
Não	3	3
Talvez	1	0
TOTAL	20	26

Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

E como conclusão, a última pergunta, visa extrair dos alunos se é importante estudar a história local do município durante seu período escolar, dentre todas as perguntas, esta resultou mais positivamente, pois 16 (dezesseis) meninos afirmam que sim e 23 (vinte e três) meninas confirmam a pergunta; enquanto 3 (três) meninos e 3 (três) meninas relatam o contrário, que não acham necessário compreender a história local; já 1 (um) menino diz que talvez seria importante, enquanto as meninas não obtiveram nenhuma opinião nesta pergunta.

Essas respostas podem estar relacionadas a falta de perspectiva em relação a ideia de identidade com seus antepassados, que não são mais vivenciados na história local, por meio de seus contos orais. É necessário que se coloque em voga a importância do ensino da história local ou regional para estes jovens, pois eles precisam se sentir participantes na construção deste cenário. Que possa representar a eles um marco de memória tanto aos oprimidos quanto aos opressores, valorizando a importância dos grupos xoklengs/laklãnõ para a construção do município, por mais que sejam considerados insolentes e arredios para o discurso oficial dos colonos alemães, no qual se ligam a ascendência de grande parte dos alunos pesquisados.

Juntamente com o questionário contendo questões objetivas foi aplicado também aos estudantes do 9º ano da EEB Nossa Senhora de Fátima, três perguntas descritivas, para melhor aprofundamento sobre os temas em questão.

A primeira pergunta foi: O que você sabe sobre a colonização alemã em nossa região? Comente algumas palavras sobre o assunto.

Sobre essa pergunta, 10 (dez) meninos remetem que não sabem nada ou não lembram sobre estes conflitos do século XIX, e de como e quando seus antepassados chegaram nestas terras. Já 12 (doze) meninas também confirmaram a ideia de que nunca pesquisarem ou não se lembram sobre os embates. Enquanto 10 (dez) meninos lembram de rasas histórias de que quando seus parentes chegaram aqui foram fugitivos das guerras, a fim de buscar uma vida melhor, trazendo tradições, culturas e crenças que a população ainda hoje desfruta, como também uma colonização forte, com festas que eram praticadas na Alemanha, trazendo na sua bagagem histórica a superação. Os meninos ainda confirmam que, nos primeiros anos, foram péssimas as condições em que viveram os colonos, mas aos poucas as terras férteis propiciaram uma agricultura e desenvolvimento, até que começaram os conflitos com os indígenas, no qual alguns meninos relatam a matança por parte dos nativos e o consequente domínio da região pelos europeus.

E as meninas, que somam um total de 14 (quatorze), relatam muitas respostas próximas ao dos meninos. Sobre a implantação de uma superioridade étnica, que a grande maioria das vezes estes conflitos tinham como foco as disputas destas terras, onde a “necessidade” de extermínio criou a profissão do bugreiro, no qual ajudaram a dilacerar qualquer indígena que habitava as terras colonizadas pelos europeus, pois sabiam que o território era fértil e muito elogiadas pelos que haviam ocupado e desbravado primeiramente a região.

Quanto à segunda pergunta (Você já ouviu falar ou já estudou sobre os conflitos que envolveram índios e colonos na época da colonização de Rio Fortuna? Se sim, o que lembra sobre isso? Fale em poucas palavras), 13 (treze) meninos relatam que realmente não lhes remete nenhuma questão sobre este assunto, enquanto 14 (quatorze) meninas afirmam não ter nenhuma lembrança sobre os confrontos. O número que pode relatar algo sobre o assunto, nos mostra as poucas afirmações e saberes. São 7 (sete) meninos e 12 (doze) meninas que descreveram a chegada dos colonos e o ataque por parte dos xokleng/laklãnõ, assim como a utilização do bugreiro como “solução final” para este obstáculo, e a busca insaciável

por novos territórios. Relatos dentro desta questão demonstram que uma professora já teria trabalhado o assunto em sala de aula, porque seu avô foi um bugreiro, e o mesmo contava muitas histórias de como era pertencer a esta nova profissão, que nascia em Rio Fortuna, porém, foram apenas 1 (um) de cada sexo que frisou esta afirmação.

Em relação a última pergunta (Como você vê hoje a situação do índio em nossa sociedade? Ele é respeitado em seus direitos e costumes como um cidadão brasileiro? Fale em poucas palavras sobre isso.), pelo fato de os estudantes serem de ascendência germânica, as respostas positivas surpreenderam.

Os meninos relataram que a população indígena possui direitos nas leis, porém não são respeitados, não são colocados em prática, e que o pequeno percentual que ainda vive nas matas não possui mais terras e direitos, assim como os demais grupos populacionais, apenas suas áreas reservadas por lei. Disseram também que muitas vezes as terras são retiradas por interesses de empresas, mas muitos deles ainda concordam que os índios atualmente gozam de mais direitos e respeitos que há alguns anos atrás, lembrando ainda que os meninos relataram estes grupos como minorias dentro da sociedade, onde criou-se uma visão estereotipada, que sofre preconceitos e de que são atrasados, porque vivem “no meio do mato”, julgados ainda apenas por suas atitudes de como são e levam sua vida na mata.

Ainda confirmaram que ser índio na atualidade não é nada fácil, está cada vez mais complicado defender seu modo de vida e suas crenças culturais perante a sociedade globalizada. Os meninos destacam que ser índio é realmente uma difícil missão nos dias atuais, pois perdem seus direitos, suas terras, suas vidas, sofrem com a invasão do homem branco e o desmatamento, mas ainda existe uma parcela da sociedade que os respeita verdadeiramente como deveriam ser.

As meninas declararam que existem cada vez menos indígenas, e os poucos que permanecem não são respeitados, a preocupação está cada vez menor com estes grupos, tanto por parte do governo como pela sociedade, porém, analisam que já estão mais “enturmados” com o restante do corpo social, principalmente com o “homem branco”. Elas citam também que as várias tribos que existem no Brasil precisam ser prezadas por suas opiniões, mesmo que não tenham adotado os costumes do “homem moderno”, por serem isolados do mundo globalizado por suas condições financeiras e percepções de mundo. Vistos como bichos ou inferiores, figuras isoladas em meio à mata, que demonstram a aparência de preguiçosos,

porém, não agressivos e por isso precisam ser padronizados como a sociedade capitalista e integralista busca encaixar o “cidadão brasileiro”, afastando-se assim das formas de vida que buscam preservar desde a colonização. Caso contrário, serão torturados ou mortos silenciosamente, como foram nos tempos da “descoberta” e ocupação das suas próprias terras.

Assim durante o próximo capítulo, será exposto à clareza de como os estudantes precisam se perceber membros ativos e construtores da história do município, e como eles ainda se declaram preocupantes na questão dos povos indígenas atualmente, percebendo assim que as mudanças destes quadros negativos e ideias estereotipadas aos povos indígenas precisam sair deles mesmos.

4.2 CONSIDERACÕES SOCIOCULTURAIS E HISTORIOGRÁFICAS SOBRE AS RESPOSTAS DOS ESTUDANTES

Diante das nuances desta pesquisa é possível dizer que a positividade nos resultados das respostas, que vem dos estudantes questionados, dotados de crenças tradicionalistas e descendentes de germânicos, podemos analisar como o índio ainda sofre determinados preconceitos, sendo por isso não respeitado em suas peculiaridades culturais. Isto demonstra, porém, o quanto a sociedade pode mudar com os jovens e como as visões eurocêntricas e etnocêntricas podem ser deixadas de lado através de aulas de História voltadas para o campo da regionalidade.

Assim, como já analisado nas questões objetivas, o levantamento de dados das descritivas, não se diferem muito, pois o percentual das respostas que não sabem ou não lembram de nenhum comentário sobre os conflitos, é muito grande, sendo a falta de interesse ao estudo destes assuntos poderem estar correlacionados ao uso do conteúdo da disciplina de História Geral, sobretudo, como enfoque para o ENEM e os vestibulares, atendendo a um discurso e interesse mercadológico. A História regional fica assim a mercê desta área historiográfica, que não volta seu olhar para o acontecimento local.

Fica claro então que a História Geral e do Brasil, sempre desfrutou de prioridades no processo de ensino e aprendizagem, sobretudo no que se refere aos conteúdos abordados nos livros didáticos, que por sua vez desconsideram a

importância da História Regional e Local como uma vertente historiografia essencial para compreender a realidade em que os estudantes estão inseridos.

As respostas positivas, obtidas junto a um grande número de meninas, nota- se que a história que comentam é de abordagem muito rasa e não revelam os reais motivos dos conflitos e de como eles discorreram e foram importantes para a gênese de Rio Fortuna. É notório também que as heranças culturais, decorrentes da tradição germânica, marcada pela forma patriarcal de família, e que muitas vezes carregam consigo ideias estereotipadas, colocam o índio como um agente irrelevante para a sociedade e por isso, carregam a ideia negativa da imagem do indígena.

Por outro lado, o percentual de estudantes que acha importante e que reconhece a população indígena como descriminada e excluída da sociedade, é muito alto, tanto as meninas como os meninos, apesar de terem ligação com famílias de ascendência alemã. É visível que estes não concordam com a visão estereotipada e eurocêntrica do indígena, colocando-o como seres inferiores; além de que não aceitam que os nativos sejam esquecidos e muito menos considerados “os passivos” diante da situação adversa imposta pela colonização.

Acham ainda que a eles não se deve atribuir incapacidade para acompanhar as mudanças da sociedade globalizada. Por mais que esta visão sobressaia aos povos indígenas, eles consideram que os nativos são marginalizados, apesar de serem considerados um empecilho para o progresso, principalmente por parte daqueles agentes governamentais e empresas exploradoras de recursos naturais. Se comparar a quantidade de índios desde o período do “descobrimento” fica evidente que essa minoria foi praticamente dizimada, nas suas próprias terras, que tinham sido ocupadas bem antes dos homens “civilizados”.

Por meio dos resultados obtidos, podemos concluir que a história local não está tendo a devida atenção no âmbito da unidade escolar, campo da pesquisa. Muitos estudantes nem sabiam da existência destes embates, bem como, uma parcela deles não teve interesse pelo estudo da temática da colonização e dos conflitos travados com os xoklengs/laklãnõ. Porém, é notória a importância em se reconhecer a história local, pelos estudantes, como uma forma de se criar vínculo com assuntos a sua volta, de um passado próximo, oriundos das histórias contadas pelos avós ou por aqueles que viveram épocas distantes.

> A História Local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia

> mais imediata do passado. Ela é encontrada dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos. (SAMUEL, 1990, p. 220).

Assim, é fundamental que se trabalhe em sala de aula conteúdos ligados ao campo da História Regional ou Local, para que aconteça a incorporação dessa concepção historiográfica nas práticas pedagógicas dos professores de história, tornando as aulas mais dinâmicas e prazerosas, uma vez que os estudantes terão oportunidade de perceber que a história faz parte de sua vida e, tudo que os mesmos produzem é história e deve ser levado em consideração, permitindo dessa forma um novo olhar acerca do saber histórico em sala de aula, rompendo com a velha concepção positivista de fazer história, consequentemente se aproximando de uma história mais plural e viva, por certo associada ao que defende a “Nova História”.

Em outras palavras, a Nova História, em suas diversas expressões, contribuiu para renovação e ampliação do conhecimento histórico e dos olhares da história, na medida em que foram diversificados os objetos, os problemas e as fontes. A História Regional constitui uma das possibilidades de investigação e de interpretação histórica, pois busca-se aflorar o específico, o próprio, o particular, conforme Oliveira (2003, p. 15).

5 CONCLUSÃO

A necessidade da colonização e povoamento das terras sulistas se tornou evidente no contexto do século XIX. Os pequenos povoados feudais ainda fortes na Alemanha pós século XVIII se somaram, juntamente com a fome, miséria, e emergência da predominância do sistema capitalista, que se fortificava com a Revolução Industrial.

Assim como os imigrantes precisavam de um local melhor para viver em terra americana, a elite brasileira da época apoiava este feito, uma vez que almejava, com a imigração, branquear a população e não deixar predominar as “raças” indígenas e africanas. O reflexo deste processo de descriminação chegou ao Sul do Brasil, especificamente em Rio Fortuna, SC, onde o genocídio dos grupos Xoklengs/Laklãnõ, que habitavam as encostas da serra e o planalto, acontecerá a partir da intensificação do ato colonizador.

Dentre os acontecimentos que envolveram o encontro entre os xoklengs/laklãnõ e colonos, o choque cultural será um fator chave para os ocorridos dentro do município e arredores, com isso os objetivos foram atendidos conforme o trabalho exigira, dando enfoque a formação do município riofortunense, e suas formas culturais, assim como buscar elencar os motivos ao qual aconteceram os conflitos entre os grupos. Também buscou-se analisar o setor educacional do município e a perspectiva dos estudantes do 9º ano da E.E.B. Nossa Senhora de Fátima em relação a imigração e aos conflitos no século XIX, contrapondo com a visão que os estudantes possuem dos povos indígenas atualmente.

Com a pesquisa e o levantamento de dados é possível analisar que vários fatores socioculturais e principalmente econômicos levaram estes grupos (índios e colonos) ao conflito, resultando assim em um processo de construção social inferior ao grupo “perdedor”, colocando na mentalidade da população um grupo sem importância, que não somaria aos moldes exigidos naquele tempo, e que possivelmente ao imaginário do imigrante não valeria a pena deixá-los vivos já que não agregariam em nada, apenas estavam estorvando o processo de abertura das matas e início de uma vida melhor.

Na perspectiva dos estudantes, é notório que a história regional/local não ganha muito valor no ensino de História, devido principalmente a preocupação com os exames do vestibular e ENEM, o que desfavorece o conhecimento por parte dos

estudantes, não conseguindo levar o quão foram “importantes” para o início e formação do município riofortunense; os mesmos não veem uma ligação da memória com o ocorrido, o pouco que sabem são resultados de conversas em casa com seus avós ou pais, que possivelmente viveram nos tempos de desencontros entre as culturas distintas; pouco ainda está relacionada a predominância de alunos de origem alemã e que carregam em muitos casos o desprezo na participação indígena dentro da formação de Rio Fortuna. Outro fator de relevância para o desprezo da história local também se relaciona a perca das histórias orais e a falta de interesse pela maioria dos estudantes, que buscam muito mais as novidades e histórias divulgadas nos meios digitais.

Por meio deste estudo, entendemos melhor sobre alguns motivos que levam a falta de interesse e/ou motivação dos estudantes para com conteúdo e histórias ligados ao âmbito regional/local, que de alguma forma ou outra possuem uma ligação com as características socioculturais do município de Rio Fortuna. Assim como a perspectiva de um futuro melhor, uma boa graduação, um bom emprego, uma vida estável, que perpassa por vestibulares e ENEM, favorecem a não abordagem destes temas. O trabalho traz também uma ligação e debate entre os grupos (colonos e índios) que se confrontaram em Rio Fortuna. E como a visão de estudantes que moram em uma região extremamente preconceituosa pode alterar esse quadro de desigualdade e inferioridade dos grupos indígenas.

Elencando que a pesquisa atingiu os objetivos propostos e respondeu à questão problema, que iniciou toda esta pesquisa monográfica.

Concluindo assim, que esta pesquisa possibilitou um panorama sobre a história dos conflitos entre colonos e índios, no entanto abre novas dúvidas e amplia a problemática sobre a questão indígena na região e no Brasil, demonstrando a necessidade de estudos sobre estes conflitos para que estes, possam contribuir ainda mais com a história Xokleng/Laklãnõ, e possibilite novas conteúdos para a educação indígena e pesquisa científica na região. Deixando claro que temas regionais/ locais precisam ser abordados em sala de aula, para que os estudantes se sentirem participantes deste processo, assim como estudar e propor saídas de campo, para que os mesmos possam aprender um pouco mais do quotidiano indígena, como visitas a sítios arqueológicos, levantamento de dados, materiais, ferramentas deixadas pelos xoklengs/laklãnõ ou outros grupos indígenas.

Podendo assim, levantar esta pesquisa futuramente com os mesmos estudantes, ou mesmo seus filhos, e assim analisar a problemática do indígena futuramente, se a história de seu município em algum momento foi requerida e os mesmos não tinham conhecimento sobre. Se seus filhos compartilham das mesmas ideias de seus pais, podendo assim comparar os quadros e levantar os dados novamente das mudanças, elencando questionamentos e percepções, se foram as mesmas ou se alteraram bruscamente, em tempos depois, em gerações diferentes, que cresceram em contextos distintos.

Como também, analisar e propor uma nova pesquisa, com o tema central através de professores de História, pois, são eles os mentores desta área de pesquisa, colocando o porquê estes conteúdos não são abordados, será por falta de interesse do docente, do estudante, por não conhecer ou se interessar por estas histórias e assim achar que os estudantes também não necessitam aprender sobre, ou ainda por motivos diversos.

REFERÊNCIAS

BALDESSAR, Quinto Davide. **Imigrantes**, sua história, costumes e tradições. 3 ed. Forquilhinha, SC: Formsul, 2007. 314 p.

_____. Quinto Davide. **Os imigrantes no confronto com os donos da terra, os índios**. S/L: Edição do Autor,1991. 67 p.

BLOEMER, Mateus. **Oralidade, Imagem e Conflito:** A visão do colonizador sobre os índios Xokleng na comunidade de Rio Facão - Rio Fortuna - SC. 2008. 65 f. Monografia - Curso de História, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2008.

CARUSO, Mariléia Martins Leal; CARUSO, Raimundo C. **Imigrantes 1748-1900:** viagens que descobriram Santa Catarina. Tubarão: Ed. Unisul, 2007. 296p.

CLAUDINO, Daniela Costa e FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy de. **Arqueologia e Preservação Sambaqui Morro Peralta.** Samec Editora. Florianópolis –SC, 2009.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado:** pesquisas de antropologia política. 3. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1986. 152 p.

CUNHA, Lauro Pereira da**. Índios Xokleng e colonos no litoral norte do Rio Grande do Sul (Séc. XIX).** Porto Alegre: Evangraf, 2012. 240 p.

DALL' ALBA, João Leonir. **O Vale do Braço do Norte**. Tubarão: do Autor, 1973. 429 p.

DALL' ALBA, João Leonir. Os bugreiros. In.: SOUZA, Celso de O. **Santa Catarina, estado de graça**. Orleans: Gráfica do Lelo, 2008.

DALMAGRO, Álvaro. **Santa Rosa de Lima:** história e memória: da colonização à emancipação. Santa Rosa de Lima: Ed. Copiart, 1965. 224p.

DIAMOND, Jared M. **Armas, germes e aço:** os destinos das sociedades humanas. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007. 472 p.

DIRKSEN, Valberto. **Viver em São Martinho:** A colonização alemã no Vale do Capivari.Florianópolis: Ed. Do Autor, 1995.

FARIAS, Kelson Adriani. **130 anos de Colonização Alemã em São Ludgero**. São Ludgero: Prefeitura de São Ludgero, 2003.

FARIAS Deisi Scunderlicky. AMA - **ARQUEOLOGIA NA MATA ATLÂNTICA** - Reconstituindo a evolução paleoambiental e as transformações culturais na encosta sul catarinense. RELATÓRIO FINAL ENTREGUE AO CNPq. Edital MCT/CNPq 14/2009 – Universal, Processo no 479061/2009-2, 2012.

____. Deisi Scunderlicky; RAMPAZZO, Eloy de; Sônia E. **Cartilha arqueológica e preservação**: Laguna/SC. Tubarão: Palavra Com Editora, 2014 (Cartilhas Didáticas: Série Arqueológica e Preservação). Volume 1, 72p.

____. Deisi Scunderlick Eloy de. **Distribuição e Padrão de Assentamento:** Propostas para sítios da tradição umbu na encosta de Santa Catarina. Porto Alegre: PUCRS, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa.** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE. **Rio Fortuna.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/rio-fortuna.html>. Acesso em: 22 out. 2019.

KOCH, Dorvalino Eloy. **Tragédias Euro-Xokleng e Contexto**. Brusque: Ed, do autor, 2002. 304p.

LOTTIN, Jucely. **O Verde Vale do Rio Braço do Norte**. Tubarão: Copiart, 2009.

MELATTI, Julio Cezar, **Índios do Brasil**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993.

MOTTA, Alexandre de M. **Viajando pelas fronteiras de Santa Catarina**: da gênese à atualidade. Tubarão: Copiart, 2011.

____. **Metodologia da Pesquisa Jurídica**: o que é importante saber para elaborar a monografia jurídica e o artigo científico. Tubarão: Copiart, 2012.

MÜLLER, Max José; RAUEN, Fábio José; SÁ, Jussara Bittencourt De; SOUZA, Celso De Oliveira; LOTTIN, Jucely; Vandresen, 20 jun 2008. Tubarão**. Anais do II Encontro de Estudos Sobre a Imigração Alemã: os vales dos rios Braço do Norte e Capivari, história, língua e cultura:** ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE A IMIGRAÇÃO ALEMÃ 2, Rio Fortuna, SC. Tubarão: Ed. Unisul, 2010. 165 p.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Recôncavo Sul**: Terra, Homens, Economia e Poder no Século XIX, Salvador, EDUNEB, 2003.

PIAZZA, Walter F. **Santa Catarina:** sua história. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1983. 748 p

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO FORTUNA. **Histórico de Rio Fortuna.** Disponível em: <https://www.riofortuna.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/22509>. Acesso em: 22 out. 2019

RICKEN, Ignácio; RICKEN, Tatiane Dircksen. **Rio Fortuna:** resgatando as origens, cultivando valores, alicerçando o futuro. Rio Fortuna: Coan, 2008. 426p.

SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. **Revista Brasileira de História**. p. 219-242. V. 9, n. 19, set. 1989 / fev. 1990.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Índios e brancos no sul do Brasil**. Porto Alegre: 1987. 313p.

_____ Silvio Coelho dos. **Índios e brancos no Sul do Brasil a dramática experiência dos Xokleng** Porto Alegre: Movimento, 1973.

SELAU, Maurício da Silva. **A ocupação do território Xokleng pelos imigrantes italianos no sul catarinense (1875-1925):** resistência e extermínio. Florianópolis: Bernúncia, 2010. 192p.

SILVA, Ketilin Keli. **Os primeiros contatos estabelecidos entre os indígenas e os imigrantes na cidade de Urussanga, Santa Catarina**. 2012, 61 f. Monografia - Curso de História, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão. 2012.

SOUZA, Odécia Almeida de. **Conflitos e mudanças**: os xokleng e os imigrantes europeus no Vale do Rio Araranguá durante a segunda metade do século XIX. Biblioteca UNESC, 2005. Disponível em: http://www.bib.unesc.net/biblioteca/sumario/000028/00002886.pdf Acesso em: 14 abr. 2017.

WEIMER, Günter. **Arquitetura popular da imigração alemã**. 2. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS: 2005, 296p.

APÊNDICE

APÊNDICE A – MODELO DE QUESTIONÁRIO

UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA – UNISUL
CURSO DE HISTÓRIA
PROFESSOR ORIENTADOR: ALEXANDRE DE MEDEIROS MOTTA
ESTUDANTE: CIBELY FELDHAUS
TEMA DA PESQUISA: ÍNDIOS E COLONOS NA REGIÃO DE RIO FORTUNA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE A COLONIZAÇÃO NA ÓTICA DOS ESTUDANTES DO 9º ANO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, DE RIO FORTUNA.

As questões a seguir referem-se a uma pesquisa monográfica sobre o tema "Índios e colonos na região de Rio Fortuna: um estudo exploratório sobre a colonização na ótica dos estudantes do 9º ano da Escola de Educação Básica Nossa Senhora de Fátima". Nesse sentido, o estudante pode responder as questões conforme sua opinião.

1) No quadro abaixo, assinale com um X uma das respostas para cada pergunta que se apresenta na coluna à esquerda.

RESPOSTAS / **PERGUNTAS**	Sim, o assunto já foi abordado em sala de aula.	Não, o assunto nunca foi abordado em sala de aula.	Talvez o assunto já foi abordado em sala de aula, mas eu não me lembro mais disso.
Lembra de alguma história sobre os conflitos entre colonos e índios (xokleng) na região?			
Esses conflitos são assuntos que se conversam em casa? Os pais ou avós falavam ou ainda falam sobre isso?			
Você já pesquisou algo em relação a estes conflitos, que ocorreram no município?			
Este tema já foi abordado por seu professor de História em sala de aula?			
A questão indígena ainda é abordada por seus professores,			

principalmente de História?			
A história do município foi abordada durante sua vida escolar?			
Você acha importante estudar a história do seu município em sala de aula?			

2) Responda de acordo com sua opinião.

2.1) O que você sabe sobre a colonização alemã em nossa região? Comente algumas palavras sobre o assunto.
2.2) você já ouviu falar ou já estudou sobre os conflitos que envolveram índios e colonos na época da colonização de Rio Fortuna? Se sim, o que lembra sobre isso? Fale em poucas palavras.
2.3) Como você vê hoje a situação do índio em nossa sociedade? Ele é respeitado em seus direitos e costumes como um cidadão brasileiro? Fale em poucas palavras sobre isso.